



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**GÊNERO E CORPO: REPENSANDO AS RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS**

ENNDIEL DOS SANTOS MENDES

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2021

ENNDIEL DOS SANTOS MENDES

**GÊNERO E CORPO: REPENSANDO AS RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para aprovação na disciplina TCC 2.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Adriano Godoy de Campos

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2021

ENNDIEL DOS SANTOS MENDES

**GÊNERO E CORPO: REPENSANDO AS RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Geraldo Adriano Godoy de Campos – UFS (Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Flávia de Ávila– UFS (Examinadora)

---

Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco – UFS (Examinador)

Nota: \_\_\_\_\_

São Cristóvão, 26 de julho de 2021.

"[...] cada momento, cada instante, cada acontecimento guarda em si o passado, o presente e o futuro. Cada instante guarda em si a eternidade. Cada partida é ao mesmo tempo um regresso, cada despedida é uma saudação, cada regresso uma separação. Tudo é simultaneamente um começo e um fim."

- Andrzej Sapkowski.

## AGRADECIMENTOS

De todo o processo para elaboração deste trabalho, talvez este seja o mais difícil. Minha jornada na universidade foi construída com o apoio de muitas pessoas que não serei capaz de nomear na totalidade. Entretanto me sinto no dever de agradecer de forma geral a todos aqueles que direta ou indiretamente me auxiliaram nesse processo desde a educação básica até agora, como professores, servidores e auxiliares. Tenho certeza que, mesmo com a desvalorização da educação no nosso país, essas pessoas conseguem resistir e manter a crença na educação como instrumento de mudança social.

Destaco o agradecimento a minha família, que sempre nutriu em mim esse apego a educação, principalmente minha avó Beliza que para além de uma segunda mãe, foi também, minha professora. Quero agradecer a meu pai Gustavo que a todo instante se esforçou ao máximo para que eu e meus irmãos pudéssemos usufruir de todas as oportunidades que nos foram concedidas e realizássemos os nossos sonhos. Também agradeço a minha tia Olívia que abdicou de muitas coisas para cuidar de todos da família, a Enttone e Betina, meus irmãos, ao meu tio Renê que sempre se fez disponível para me ajudar e a minha mãe Conceição. Agradeço às minhas tias soteropolitanas Rachel e Clézia por me abrigarem sempre que precisei voltar para a Bahia e fazer uma pausa em Salvador antes de chegar em casa. A minha tia Fernanda por me receber tão bem em São Paulo, e todos os outros familiares que de certa forma me apoiaram.

Preciso dar os devidos agradecimentos à Universidade Federal de Sergipe (UFS) por ser minha segunda casa, o lugar não só onde eu busquei uma formação, mas também onde fiz grandes amizades e tive a oportunidade de conhecer e me apaixonar por São Cristóvão e Aracaju. Saliento meus agradecimentos ao Centro de Estudos Árabes e Islâmicos da UFS (CEAI), uma das coisas mais incríveis que me propus a participar e tenho certeza que fará sempre parte da minha vida. Obrigada aos amigos que também constroem o centro, Ahmed, Arturo, Mohamed, Ana Paula, Mari, Bruno e Giovana.

Aos amigos que fiz durante a graduação, gostaria de começar agradecendo a Larissa que fez da sua casa e família (Tio Sandro, Tia Débora, João Pedro e Zoe) um suporte para as filhas adotivas da Bahia. Nossos passeios gastronômicos, idas à praia e imersões sobre música latina serão memórias muito valiosas que eu pretendo guardar! A Danielle, minha segunda sagitariana preferida (a primeira sou eu mesma), quero agradecer por estar presente desde os primeiros dias de aula, me apoiando, discutindo a vida e os textos das aulas, por puxar minha orelha com Larissa sempre que eu passava do ponto e por compreender todas as minhas maluquices. Seu carinho, apoio e atenção foram fundamentais! Constança, minha *roommate* e amiga, tenho

certeza que nossos perrengues em casa vão gerar boas risadas no futuro e o seu será tão brilhante quanto você mesma já é! Por favor, lembre das amigas quando estiver no Japão!! E claro, não poderia esquecer da cereja do bolo, Dainara, que sempre muita calma e atenciosa aceitou conviver com esse grupo deixando-o mais leve e doce. Agradeço também a minha turma, RI 2017, todos os colegas de curso, mas principalmente Alícia, Gabi Costa, os Ian's, Raquel, Yasmin, Igor, Jaque e Dudu, vocês são pessoas maravilhosas e serão profissionais incríveis!

Gostaria de agradecer aos professores do Departamento de Relações Internacionais da UFS, Barbara, Cairo, Corival, Edson, Érica, Flávia, Geraldo, Lucas, Rodrigo, Thiago e aqueles que passaram mesmo que brevemente pelo curso. Foi um prazer tê-los como meus professores! Agradeço em especial à Professora Flávia que foi minha orientadora no PIBIC, sempre muito atenciosa, teve uma grande contribuição no meu desenvolvimento como pesquisadora e em conjunto com as colegas do grupo de estudos, Jéssica, Sophia e Larissa, realizamos muitas reuniões enriquecedoras. Também agradeço ao professor Geraldo que conseguiu demonstrar como a universidade pode ir muito além das aulas e textos, pode ser um meio para criar redes de afetos tão importantes quanto as de conhecimento. Vejo em você o que Paulo Freire buscou tanto defender em suas teses, um educador que substantivamente forma, que cria possibilidades para desafirmos e construirmos nossas próprias concepções acerca do pensamento. Não existem adjetivos capazes de descrever o quanto sou grata pela sua orientação e participação na minha vida acadêmica. Um dia quando for a minha vez de lecionar e orientar os alunos, espero conseguir tocar a vida deles e ser um exemplo com tanta maestria quanto você. E, resalto o agradecimento aos professores Thiago e Flávia por se disporem a avaliar o meu trabalho.

Aos meus amigos baianos, que cresceram comigo e espero ter em minha vida por muito tempo, quero agradecer Nathália, Breno, Raissa, Geovana, Anderson, Jordan, Camila e Vanessa. Cada um de vocês foi essencial nessa minha jornada e eu gastaria horas escrevendo sobre como o apoio, as brigas, o suporte emocional e a parceria que tenho com vocês é um dos alicerces que me sustentam. É impossível dimensionar tudo em apenas uma folha de papel. Obrigada por serem parte da minha família!

Por fim, em um lapso pequeno de narcisismo quero agradecer a mim mesma, que encarei as adversidades da vida e não desisti de realizar meus objetivos. E também, a todas as entidades religiosas, que se existirem, sempre estiveram ao meu lado.

## RESUMO

As Relações Internacionais por muito tempo mantiveram as discussões acerca do gênero, do corpo e da estética marginalizadas frente aos seus debates clássicos. A presente pesquisa visa ressaltar a potência das perspectivas que levam em consideração o corpo e o gênero como situados por meio da sua capacidade de ação política, das relações sociais que os compõem e que ocorrem de modo intersubjetivo por dimensões históricas, geopolíticas, étnicas, classistas e sexuais. Foram destacados os trabalhos das autoras Silvia Federici e Judith Butler, principalmente por discorrem sobre as concepções de gênero e corporificação, ao demonstrarem a importância da discussão desses conceitos como centrais para o estudo do Internacional. A abordagem estética também orientou a presente pesquisa por possuir um enorme potencial explicativo acerca dos fenômenos políticos e apontar percepções sensíveis, soluções inovadoras que ampliam o alcance da própria disciplina. Assim, esta pesquisa buscou repensar o campo das Relações Internacionais e auxiliar na expansão das suas bases ontológicas e epistemológicas.

**Palavras-chave:** Corpo. Gênero. Estética. Política. Relações Internacionais.

## **ABSTRACT**

For a long time, international relations kept the way it deals with gender, body, and aesthetics marginalized in the face of its classic debates. This research highlights the power of perspectives that consider the body and gender as situated through their capacity for political action, the social relations that comprise them, and that occur intersubjectively through historical, geopolitical, ethnic, class dimensions Sexual. The works of the authors Silvia Federici and Judith Butler were highlighted, mainly to discuss the conceptions of gender and embodiment, demonstrating the importance of discussing concepts as central to the international field study. The aesthetic approach also guided this research as it has a substantial explanatory potential about political phenomena and points out sensitive perceptions. These innovative solutions expand the scope of the discipline itself. Therefore, this research sought to rethink International Relations and help expand its ontological and epistemological bases.

**Keywords:** Body. Gender. Aesthetics. Politics. International Relations.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Corpos palestinos existem e resistem .....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 2: Performance de ‘Un violador en tu camino’ .....</b>	<b>41</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. GÊNERO E CORPO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1. O debate de Gênero nas Relações Internacionais.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2. O conceito de corpo nas Relações Internacionais.....</b>	<b>20</b>
<b>2. ENTRE FOGUEIRAS E ASSEMBLEIAS: APOTAMENTOS SOBRE GÊNERO E CORPO EM SILVIA FEDERICI E JUDITH BUTLER.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1. Calibã e a Bruxa: Silvia Federici e as Relações Internacionais.....</b>	<b>25</b>
<b>2.2. Judith Butler: uma visão contemporânea do corpo e do gênero na política.....</b>	<b>31</b>
<b>3. GÊNERO CORPORIFICADO: A ESTÉTICA NAS NOVAS FORMAS DE EXPRESSÃO POLÍTICA .....</b>	<b>38</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, o campo das Relações Internacionais (RI), como parte das Ciências Sociais, desenvolveu pesquisas centradas nas causas das guerras, nos Estados e nas condições da paz. Com os avanços teóricos e sociais do século XX, após duas guerras mundiais, a disciplina passou a incorporar novas temáticas. Os esforços de autoras feministas que já integravam a área levaram à inserção do debate de gênero para as RI no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. As pesquisas feministas buscaram propor uma investigação das Relações Internacionais sob a ótica das questões de gênero<sup>1</sup> e trataram de repensar as bases epistemológicas e ontológicas das RI. Em conjunto com os Estudos *Queer* e outras correntes teóricas, as feministas promoveram debates e críticas elaboradas na disciplina e trouxeram à tona práticas políticas que sexualizam corpos, desejos, atos e identidades dos indivíduos, muitas vezes esquecidas pela disciplina.

Pautar essa discussão nas RI é explicitar que o corpo sofre uma ação, é lesado ou tratado de forma direta, mas também é produzido, transformado em objeto de conhecimento por forças sociais e políticas que o constituem, assim como o gênero. O corpo também pode ser considerado um sujeito, isto é, ele tem uma espécie de agência política em seu próprio direito que não é redutível à vontade da mente que o ocupa (WILCOX, 2014). Isso posto, as pesquisas feministas e *queer*, ao abordarem esses e outros conceitos, desafiaram o campo das Relações Internacionais a repensar o papel do corpo e da formação do indivíduo como central na dinâmica internacional. Essa demanda em apontar que as representações corpóreas podem exercer o papel de produto e produtor no Sistema Internacional pode ser entendida com mais enfoque agora durante a pandemia da covid-19.

A crise sanitária que se instalou em todo o mundo evidenciou como o Sistema Internacional (SI) e os governos que o compõem não estão preparados para agir em relação à precariedade e ao colapso de suas instituições. Um país como o Brasil contabiliza desde o início da pandemia 522.068 óbitos e 18.686.385<sup>2</sup> casos confirmados de contágio, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa com dados das secretarias de Saúde (G1, 2021). Contudo, esses números não conseguem esclarecer informações essenciais sobre os indivíduos que os

---

<sup>1</sup> O conceito de gênero utilizado na presente pesquisa corresponde às percepções de comportamento, aparência e atitude apropriadas para mulheres e homens que surgem de expectativas sociais e culturais pré-existentes. É o conceito dominante entre as teóricas feministas das RI (TICKNER; SJOBERG, 2013).

<sup>2</sup> Esses números foram coletados em 05/07/2021 e podem sofrer variação por conta da dificuldade de acesso à informação e por estarem em ascensão. Até a defesa deste trabalho e posteriormente até o fim da pandemia eles devem aumentar em proporções ainda desconhecidas.

constituem. Quem são essas pessoas que morreram? Como seus corpos foram tratados? Quais as causas reais da morte, o vírus ou a negligência política? E, se a letalidade da doença pode estar associada à corrupção e à dominação do capital sobre a vida, qual a responsabilidade das instituições políticas sobre essas mortes? Por isso, demandar uma leitura das RI mais atenta às maneiras como os sujeitos, seus corpos e seus marcadores sociais impactam na formulação de políticas internacionais é uma necessidade (WILCOX, 2014).

Martins (2018) expõe que a vida social está em permanente transformação, incapaz de gerar pressupostos teóricos com ampla e irrestrita capacidade explicativa. Dessa maneira, o presente trabalho não almeja gerar consensos teóricos, mas sim refletir sobre os silêncios, as ausências e as exclusões que permeiam os estudos das Relações Internacionais. Quais corpos estão ausentes? Quem são os sujeitos titulares de direitos violados? Quais são os temas sobre os quais quase não se fala na disciplina e por quê? Para Martins (2018), discutir as demandas de grupos inferiorizados como LGBTQI+, mulheres, negros, imigrantes e construir análises acerca da dinâmica da sexualidade e desejo nas relações sociais, questionando concepções sobre a formação dos sujeitos, identidades, identificações e corporeidades é uma forma de ampliar o escopo da ciência. Inclusive, de contribuir para a sua veracidade e objetividade. Esse intento requer, ainda, a inserção de uma lógica não binária do pensamento, portanto, instaurar uma instabilidade necessária na produção do conhecimento para entender os fenômenos através de suas intersecções (MARTINS, 2018).

Diante disso, este trabalho pretende ressaltar a potência das perspectivas que levam em consideração o corpo e o gênero situados no tempo e no espaço histórico, para superar as velhas relações de oposição entre corpo e mente, razão e emoção, público e privado. Em síntese, a partir das perspectivas teóricas analisadas, corpo e gênero passam a ser entendidos por meio da sua capacidade de ação política, das relações sociais que os compõem e que ocorrem de modo intersubjetivo por dimensões históricas, geopolíticas, étnicas, classistas e sexuais como exposto por Crenshaw (2002). Nesse processo, percepções e experiências de vida devem ser consideradas como forma de superação ao pensamento hegemônico e às hierarquias sociais. Em vista disso, a concepção de Interseccionalidade torna-se importante para evidenciar as maneiras pelas quais os corpos se diferenciam e se aproximam na vida política. Feministas pós-coloniais tal qual Beatriz Nascimento, defendem a análise interseccional como condição essencial para a compreensão e enfrentamento dos desafios associados à superação das desigualdades sociais (RATTS, 2006). Dessa forma, podemos constatar que o corpo com diversas marcações tem potencial para influenciar nossas aspirações normativas e redefinir o tipo e a forma das nossas reivindicações no campo da política (BUTLER, 2019a).

Assim como o corpo e o gênero, os engajamentos artísticos também possuem um enorme potencial explicativo acerca dos fenômenos políticos, mas no geral, tem tido pouca absorção na disciplina. Segundo Bleiker (2009), os apontamentos sobre a concepção de estética e as contribuições da mesma para a análise política mostram-se essenciais na compreensão de conceitos como Guerra, Segurança, Terrorismo, Estados, Nacionalismo, Soberania e na natureza das suas implicações. Para o autor, a estética é um acréscimo importante e necessário ao nosso repertório interpretativo. Com o auxílio da mesma, somos capazes de oferecer percepções alternativas sobre as relações internacionais um tipo de compreensão reflexiva que emerge não da aplicação sistemática das habilidades técnicas de análise que prevalecem nas ciências sociais, mas do cultivo de um nível mais aberto de sensibilidade sobre o político (BLEIKER, 2009). Não obstante, a estética pode ser considerada como uma ferramenta, um artifício que permite preservar a existência de identidades, sujeitos, corpos, culturas. Se para Butler (2018) e Federici (2017), a vida política busca sistematicamente negar existências, a estética tem potencial para ser entendida como uma contrapartida a esse princípio.

Portanto, o primeiro capítulo da presente pesquisa apresenta uma revisão bibliográfica no tocante ao que é discutido nas Relações Internacionais em termos de gênero e corpo, seus avanços e limitações. O segundo capítulo pretende expor as análises das filósofas Silvia Federici e Judith Butler, ao destacar os aspectos sociais e políticos que as mesmas delineiam em relação aos conceitos citados. E por fim, o terceiro capítulo visa apresentar a estética como um artifício que permite soluções inovadoras para repensar a política, como é o caso das novas assembleias e das produções teóricas feministas.

## 1. GÊNERO E CORPO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao longo dos anos, os debates sobre gênero, particularmente os referentes ao lugar e ao papel das mulheres na sociedade, adquiriram uma importância maior nas ciências sociais. Segundo Halliday (2007), ainda que o estudo acadêmico do internacional tenha acompanhado as amplas transformações vivenciadas pelo mundo, até o final da década de 80 o campo teórico das Relações Internacionais se mostrou uma exceção quanto à crescente conscientização acerca das questões de gênero. Para o autor, as RI, em seu cerne, negligenciaram a dimensão de gênero porque implicitamente apoiavam a tese dos processos internacionais serem neutros em gênero, isto é, “que eles não têm nenhum efeito sobre a posição e o papel das mulheres na sociedade e sobre o posicionamento relativo de mulheres e de homens” (HALLIDAY, 2007, p. 163). De acordo com o autor, a inércia institucional das RI pautada na crença da possibilidade de estudar o curso das relações entre os Estados sem se referir às questões de gênero, desencorajava as pessoas preocupadas com o debate na disciplina a trabalhar com o tema e/ou as condicionava a seguir em outras disciplinas acadêmicas supostamente mais receptivas. Todavia, as teóricas e ativistas feministas, ao perceberem essa dinâmica, passaram a desenvolver pesquisas argumentativas que refutavam a lógica dos processos internacionais serem neutros em gênero e buscaram formas de alargar essa discussão nas Relações Internacionais.

### 1.1. O debate de Gênero nas Relações Internacionais

A partir das arguições entre positivistas e pós-positivistas, durante o 3º grande debate das RI, muitas feministas que compartilhavam o compromisso pós-positivista de examinar a relação entre conhecimento e poder, viram a necessidade de reformular as explicações racionalistas generalizadas das teorias convencionais da disciplina e buscaram a inserção do debate de gênero (TICKNER; SJOBERG, 2013). Sylvester (2001) expõe que, durante a década de 80, algumas pesquisadoras feministas que já estavam nas Relações Internacionais iniciaram jornadas individuais e coletivas para obterem reconhecimento dos ‘guardiões históricos das RI’. Os primeiros textos feministas a terem destaque na disciplina foram: *Women and War* de Jean Bethke Elshtain (1987); *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relations* de Cynthia Enloe (1989); e posteriormente o célebre trabalho de Ann Tickner (1992), *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*.

Essas autoras propunham uma investigação das Relações Internacionais sob a ótica das questões de gênero e desafiaram o campo das RI a repensar suas teorias fundamentais e a própria compreensão da política global.

Conferências e workshops introduziram o feminismo ao público dominante de RI em Londres, Los Angeles e Boston. Em 1990, havia uma seção de Teoria Feminista e Estudos de Gênero (FTGS) da International Studies Association, seguida por uma seção semelhante na British International Studies Association. Essas organizações deram às acadêmicas feministas visibilidade social e política nos corredores de um campo que Ann Tickner sempre mencionou como sendo principalmente “Homens brancos em gravatas” (SYLVESTER, 2001, p. 9, tradução nossa).

Então, era preciso que as experiências vivenciadas pelas mulheres tivessem um destaque frente às discussões propostas na disciplina, o que foi se tornando mais comum com a introdução da “noção de que somente com a análise de gênero, o impacto diferencial do sistema estatal e da economia global na vida dos indivíduos poderia ser totalmente compreendido” (TICKNER; SJOBERG, 2013, p. 205, tradução nossa). Consequentemente, esses trabalhos foram fundamentais para a criação de uma Teoria Feminista das Relações Internacionais.<sup>3</sup> Nesse sentido, Paiva (2014) expõe que as revisões elaboradas pelas escritoras feministas a respeito dos conceitos fundamentais das RI como o Estado-Nação, Segurança e Poder, acarretaram em reconfiguração não só das teorias clássicas, mas do campo das Relações Internacionais em termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos.

Como parte desse movimento de crítica às bases hegemônicas das Relações Internacionais, as análises de gênero, em conjunto com outros modelos de pesquisa, difundiram possíveis novos olhares para a disciplina. Segundo Çalkivik (2017), a chamada virada linguística da década de 1980 suscitou o desenvolvimento de trabalhos críticos motivados pela insatisfação com as teorias ortodoxas, tanto política quanto analiticamente. Os principais teóricos desse movimento buscaram investigar os limites impostos pela política na modernidade e explorar as possibilidades que existem além dela. Çalkivik (2017) aponta que os pós-estruturalistas, muitas vezes taxados de pós-modernos, buscaram averiguar como certas ações e formas de ser na política mundial podem ser consideradas ou não marginalizadas e as maneiras pelas quais a política dominante produz e reproduz relações de poder.

---

<sup>3</sup> Conforme Tickner e Sjoberg (2013) apresentam, as teorias feministas de RI podem ser caracterizadas por duas gerações que as autoras consideram complementares, mas ao mesmo tempo distintas. A primeira geração, configurava-se principalmente pelos textos iniciais apresentados e evidenciaram a necessidade de repensar por meio do gênero os fundamentos das RI e das práticas da política internacional. As feministas de segunda geração por possuírem seus próprios programas de pesquisa, estenderam os limites da disciplina, aprimoraram as investigações anteriores, elencaram novas questões e trouxeram vozes desconhecidas. Tickner e Sjoberg (2013) ainda ressaltam que essas feministas usaram e usam o gênero como uma categoria de análise em seus estudos da política global, da economia global, política externa e segurança, incorporando críticas conceituais de cunho feminista e enfatizando a realidade de cada recorte de pesquisa por meio de seus contextos históricos e geográficos.

Os estudiosos que trabalham a partir dessa perspectiva mudam o foco de temas pré-determinados da política internacional - como Estados, indivíduos e classes - para o problema político da produção de sujeitos modernos como sujeitos soberanos de ação e conhecimento. Mais do que a questão de “o quê”, eles compartilham uma preocupação geral sobre a questão de “como”: como somos nós, como sujeitos políticos, produzidos para aceitar certas formas de ação e não outras, para fazer certas perguntas e não outras? (ÇALKIVIK, 2017, p.2, tradução nossa).

Dessa maneira, a agenda pós-estruturalista apresentou as vozes críticas de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Giorgio Agamben e Judith Butler para as RI. Çalkivik (2017) exprime que esses autores reverteram a crença humanista da existência de uma essência universal dos seres humanos. Os sujeitos passaram a ser vistos como produzidos por atos de poder, moldados pelas técnicas políticas e conhecimentos aplicados a eles. Esses apontamentos acabaram também por influenciar o desenvolvimento das teorias feministas de RI. Contribuições célebres de Foucault (1980), como a consideração de que a sexualidade se torna referência fundamental no processo de produção da verdade e da subjetividade dos indivíduos na era moderna, pautaram amplas discussões nas Relações Internacionais, o que acarretou na criação de uma tradição foucaultiana na disciplina.

Como parte desse movimento, a filósofa pós-estruturalista Judith Butler se destacou pelas considerações associadas às teorias feministas. Os padrões hierárquicos disseminados pelas relações de poder, para as feministas das RI, são nitidamente caracterizados pelos entendimentos dominantes dos papéis de gênero. De acordo com Butler (2019b), o que se define como gênero nem sempre está posto de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos. Isso ocorre porque o gênero abarca diversas intersecções como modalidades étnicas, classistas, raciais, sexuais, o que resulta na impossibilidade de separar a definição de gênero das relações políticas e culturais. Butler (2019b) reitera que o sexo sempre foi gênero e a distinção entre eles não existe, por isso gênero irá se referir às percepções de comportamento, aparência e atitude apropriadas para mulheres e homens que surgem de expectativas sociais e culturais pré-estabelecidas.

Ainda que por meio de vivências e pesquisas distintas, ao inserirem o gênero como um método analítico, as teóricas feministas visam dar enfoque “às relações sociais, particularmente às relações de gênero; em vez de anarquia, elas veem um sistema internacional constituído por hierarquias de gênero socialmente construídas que contribuem para a subordinação de gênero” (TICKNER; SJOBERG, 2013, p. 207, tradução nossa). As hierarquias de gênero são reveladas pelos exames das feministas sobre as Relações Internacionais a partir do nível micro, em que tentam entender como a vida dos indivíduos, principalmente os marginalizados, é afetada pela política global. Entretanto, embora as abordagens feministas consigam desenvolver trabalhos e

críticas muito valiosas, possuem limitações como quaisquer outras. Além disso, muitas vezes algumas produções só obtêm destaque quando estão associadas às bases convencionais das Relações Internacionais e a uma visão ocidental de pensamento. Alcoff (2020) aponta que,

As formas imperiais de feminismo podem ser especialmente sutis e difíceis de serem superadas no campo da teoria; uma vez que a teoria, como a filosofia, geralmente se entende a partir de uma carga bastante geral e abstrata: teorizar "gênero", "identidade", "violência sexual", "sexismo" e assim por diante, de maneira não local. A filosofia muitas vezes tenta subsumir a diferença em alguma rubrica de meta-nível que se considera transcendente ao contexto. Decolonizar a teoria feminista pode ser de fato mais difícil do que decolonizar a prática feminista (ALCOFF, 2020, p.3).

Portanto, para a autora, precisamos reconsiderar suposições históricas e universalistas quanto ao gênero e ao patriarcado.<sup>4</sup> Nesse sentido, os estudos baseados em uma perspectiva feminista ocidental hegemônica têm dificuldade em reavaliar essas premissas e muitas vezes ignoram a construção do gênero como um produto associado a diversos processos. Segundo Alcoff (2020), isso se dá pelo fato de as teorias hegemônicas esquecerem que é possível aceitar os indivíduos como pensadores reflexivos com recursos epistêmicos e críticos, identidades e localizações variadas.

Como forma de reverter essa lógica, a discussão acerca do conceito de interseccionalidade difundido pela filósofa e advogada norte-americana Kimberlé Crenshaw, passou a ser bastante propagada entre as produções feministas, ao buscarem fornecer em seus trabalhos um debate de gênero mais amplo. Antes de tal conceito ser definido, já havia escritoras negras feministas brasileiras como Beatriz Nascimento e Conceição Evaristo que, de certa forma, discutiam o intercruzamento entre múltiplos marcadores sociais. Assim, segundo Akotirene (2020), a propagação do conceito de interseccionalidade ocorreu por meio das feministas negras que observaram suas experiências e reivindicações intelectuais serem omitidas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista (ainda focado nos homens negros). Para tanto, os trabalhos desenvolvidos por feministas negras como Oyéronké Oyewùmi, Carla Akotirene, Angela Davis, entre outras, e as pesquisas de caráter decolonial, têm feito um esforço conceitual na direção de uma análise que enfatiza a intersecção das categorias raça e gênero, pois se torna evidente que a lógica de separação em categorias distorce seres e fenômenos sociais que existem no espectro da intersecção.

Crenshaw (2002) define interseccionalidade como um instrumento que captura as ações e reações de interação entre dois ou mais eixos da subordinação. A autora trata “especificamente

---

<sup>4</sup> De acordo com Saffioti (2015), o patriarcado pode ser entendido como um sistema de hierarquias sociais que institui o direito político dos homens sobre as mulheres. Sua estrutura de poder contamina toda a sociedade e chega também ao Estado. Para uma melhor discussão do termo, ver Saffioti (2015) e Pateman (1993).

da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177). De acordo com Alcoff (2020), ao aceitarmos a tese interseccional de que as identidades de gênero são sempre concebidas em relação a outros aspectos da vida de alguém, acabamos outorgando que as práticas corporais, os aspectos sexuais reprodutivos e fisiológicos, além das formações identitárias, sejam consideradas variáveis de acordo com o contexto em que estão inseridos. Por isso, “à medida que se cruza com outras formas de ser, o gênero muda não apenas em grau, mas em espécie” (ALCOFF, 2020, p. 19).

Lugones (2008) reitera a tese de que a interseccionalidade nos revela o que não visualizamos quando categorias como gênero e raça são separadas uma da outra. Ao expor os argumentos de Quijano (2000) e Oyewùmi (1997) sobre a colonialidade e gênero, a autora destaca a importância de depreender quais mudanças sociais foram elaboradas e propagadas pelo processo de colonização e como elas reverberam nas nossas construções sociais. Por isso, é imprescindível que entendamos o alcance da organização do sexo e do gênero sob a força do colonialismo e no interior do capitalismo global eurocêntrico. De acordo com a autora, uma das primeiras conquistas do estado colonial foi a criação da categoria “mulheres” e, portanto, não é de todo surpreendente que no Ocidente o feminismo hegemônico branco ainda se utilize do conceito de gênero para homogeneizar as discussões e a multiplicidade de mulheres em uma única categoria. Isto posto, Lugones (2008) acrescenta que o capital eurocêntrico global constituído por meio da colonização, introduziu também diferenças de gênero onde antes não havia nenhuma.

Em sociedades Iorubás, como aponta Oyewùmi (1997), as dinâmicas de gênero impostas pela colonização transformaram não só a organização da reprodução desses povos como condicionou as mulheres a um sistema de subordinação que abarcava todos os aspectos de suas vidas. Essas sociedades não tinham o gênero como institucionalizado, não se constituíam por meio de hierarquias de sexo e muito menos possuíam suas relações de poder determinadas pelo gênero. Para Oyewùmi (1997), esses fenômenos passam a existir para esse povo a partir do momento em que sua cultura e vida foram traduzidas para a língua inglesa e, para tanto, precisavam caber no padrão ocidental europeu de separação do corpo e da razão. Lugones (2008) acrescenta que no trabalho de Oyewùmi (1997) podemos perceber a existência nas comunidades Iorubás do reconhecimento das mulheres como líderes populares, mas essa associação era impensável para o governo colonial. Por isso, é notável como as estruturas religiosas, o capitalismo e todos os produtos da colonização, transformaram o poder do estado

em um poder masculino e relegaram as mulheres a uma situação de exclusão das estruturas sociais.

Em vista dessas discussões, outra abordagem que ganhou destaque nas contribuições acerca do debate de gênero foram os Estudos *Queer*. Eles surgiram nos departamentos de filosofia e crítica literária das universidades norte-americanas com o intuito de compreender a multiplicidade que acompanha o conceito de gênero e expressar a autonomia de diversos grupos marginalizados. Segundo Jesus (2014), os Estudos *Queer* vieram para selar uma crítica ao binarismo hetero/homossexual no qual as relações sociais estão pautadas e, em particular, os conhecimentos e práticas que sexualizam corpos, desejos, atos e as identidades dos indivíduos. Como uma subdivisão dos estudos subalternos, as pesquisas *queer* procuram discutir as demandas de grupos inferiorizados como LGBTQI+, mulheres, negros, imigrantes e pautaram análises acerca da dinâmica da sexualidade e do desejo nas relações sociais, questionando concepções sobre a formação dos sujeitos, identidades, identificações e corporeidades (JESUS, 2014).

Para Liljeström (2020), as teorias feministas e *queer* muitas vezes se mesclam por conta da preocupação conjunta com a crítica à identidade e a aceitação crescente dos múltiplos gêneros e sexualidades. Ainda que parte da academia atribua a cada uma objetos apropriados de estudo, gênero sendo o objeto apropriado para o feminismo e a sexualidade para os Estudos Queer, as fronteiras das teorias são finas o suficiente para que haja interconexões valorosas. Weber (2014) pontua que os teóricos internacionais *queer* também contribuem para discussões acadêmicas sobre Segurança, Terrorismo, Estados, Nacionalismo, e outras formas internacionais de violência, mas isso não os restringe. Pelo contrário, assim como as produções teóricas feministas, os estudos *queer* geralmente combinam o conteúdo da Teoria Política usando uma série de teorias, epistemologias e métodos interdisciplinares que desafiam as fronteiras organizadas do que as Relações Internacionais entendem entre Política e Política Internacional, entre Teoria Política e Teoria Internacional. Por isso, a partir da década de 1990, as Relações Internacionais inseriram a perspectiva *queer*<sup>5</sup> através dos trabalhos de Michel Foucault e Judith Butler, que já vinham ocupando espaço na área devido à intensificação dos debates pós-positivistas e pós-estruturalistas. Posteriormente, nomes como Cynthia Weber

---

<sup>5</sup> Nas Relações Internacionais as pesquisas que abordam a perspectiva *queer*, são tratadas como parte dos Estudos *Queer*. No campo das RI os mesmos ainda não se consolidaram como uma escola teórica. Vale ressaltar, o fato de que os Estudos *Queer* terem surgido depois das teorias feministas não pressupõe uma substituição de um modelo pelo outro.

(1999), Jasbir Puar (2007), Laura Shepherd e Laura Sjoberg (2012), Katja Kahlina (2011) e Carol Cohn (1998) passaram a se destacar.

Como aponta Rigueira (2012), as teorias são socialmente construídas e não devem ser entendidas hegemonicamente. O debate feminista nas Relações Internacionais é passível de ser fluido, mas também sujeito a contingências. Segundo Rigueira (2012), grande parte da trajetória histórica das RI como disciplina tem sido dominada pela suposição de que é possível separar teoria da *práxis*. No entanto, o autor destaca que esta separação não pode ser feita, por isso, ao invés de vermos “a teoria como um reflexo do mundo devemos compreendê-la como estando profundamente implicada na sua construção. Em suma, a criação de conhecimento está profundamente implicada na construção do sujeito político e objeto de política” (RIGUEIRA, 2012, p.24). Esse apontamento reflete na variedade de correntes teóricas que compõem os estudos feministas e a própria disciplina das Relações Internacionais. Assim, por meio das reflexões apontadas no presente trabalho, percebe-se que os conceitos de gênero e sexualidade foram, ao longo do tempo, amplamente discutidos, ainda que de forma moderada. Mas, algumas lacunas permaneceram, como a relação entre as dinâmicas sociais e políticas e a constituição dos corpos dos sujeitos na disciplina das Relações Internacionais.

## **1.2. O conceito de corpo nas Relações Internacionais**

Ainda que haja uma quantidade variada de formas violentas com as quais os corpos dos sujeitos são constituídos e/ou submetidos na sociedade, para Wilcox (2014) eles há muito tempo estão fora do quadro das Relações Internacionais. Lauren Wilcox é vice diretora do Centro de Estudos de Gênero da Universidade de Cambridge e desenvolve pesquisas a cerca da violência política, subjetividade e incorporação a partir da perspectiva da teoria feminista e *queer*. Em *Bodies of Violence: Theorizing Embodied Subjects in International Relations* (2014), a autora baseando-se nessas teorias argumenta que as suposições das RI sobre sujeitos e corpos são inadequadas pois a disciplina não teoriza o sujeito como explicitamente corporificado. Em sintonia com os trabalhos de Silvia Federici e Judith Butler, Wilcox (2014) explica que a lógica por trás, e os efeitos da violência política não podem ser entendidos se assumirmos que os corpos são objetos inertes, apolíticos. Segundo a autora, as discussões convencionais das RI contam duas grandes histórias sobre a violência enraizada nas tradições da teoria política. Em ambas as histórias, a violência é considerada como último recurso da política moderna e a vulnerabilidade do sujeito à violência é aspecto fundamental para o entendimento da

subjetividade e da política. Para Wilcox (2014), a primeira narrativa faz parte de uma história realista na qual a violência é principalmente sobre autopreservação e a segunda compõe a tradição liberal em que a violência é uma violação da lei. “Tanto na tradição realista quanto na liberal, o foco está no poder soberano: o poder de matar ou deixar viver, no qual o corpo é um organismo biológico a ser protegido contra a morte e a privação” (WILCOX, 2014, p. 19, tradução nossa).

Na tradição da política liberal, o corpo é comumente visto como parte de uma engrenagem guiada pela mente consciente e o corpo do cidadão é um instrumento para colocar em ação os desejos da mesma (WILCOX, 2014). Essa visão, baseada na teoria cartesiana da relação entre mente e corpo, declara que os sujeitos são autogovernados e voluntários, suas mentes estão no controle de seus corpos e interagem livremente no mundo. Porém, segundo Wilcox (2014), para que esses sujeitos se tornem soberanos e possam ter participação plena na vida pública é preciso que o indivíduo liberal possua um requisito primordial, a razão. Aqueles cujos corpos fogem do padrão estabelecido por homens brancos, burgueses e heterossexuais são considerados inadequados, incapazes de possuir tal capacidade. Nesse sentido, os corpos de trabalhadores, colonizados, escravos e mulheres que foram definidos como “outros” pelas designações de raça, classe e gênero, em contraposição com o corpo “não marcado” do homem racional, branco e de classe alta, tem seu direito a vida política negado. Portanto, para Wilcox (2014) existe na política uma separação evidente entre os sujeitos e seus corpos. O corpo é considerado como indispensável, condição necessária para a política, mas está fora dela porque seu uso é vinculado a realização dos objetivos dos sujeitos. Já os sujeitos devem ser protegidos da violência que pode ser infligida sobre seus corpos para evitar uma possível redução da liberdade e o controle dos seus interesses.

Segundo Safatle (2019), os teóricos clássicos da política como Rousseau, Hobbes, Spinoza, cada um à sua maneira, dizem que não há política sem corpo e por isso não deveríamos nos esquecer de tal premissa. Através de metáforas sobre o corpo político, esses autores nos lembram como não é possível haver política sem alguma forma de incorporação. De acordo com Wilcox (2014), ao estabelecer a figura do Estado soberano como um corpo político, Hobbes naturaliza as fronteiras da comunidade política em concomitância com as fronteiras do próprio corpo humano. Para a autora, essa metáfora do estado como corpo permite que ameaças à segurança do estado sejam assimiladas como doenças corporais, contagiantes e infecciosas. “O corpo que é protegido pelo estado, bem como o corpo que é uma representação do estado não é apenas um corpo natural, mas também aquele que é autocontido e autogovernado, organizado internamente e limitado por fronteiras concretas” (WILCOX, 2014, p.19, tradução

nossa). Além disso, a representação do Estado como um corpo enfatiza uma unidade do corpo político.

Ao retomar os apontamentos de Rousseau, Safatle (2019) elucida que o princípio de instauração da política racional seria o contrato social e este aparece como a constituição de um corpo dotado de unidade, de vontade consciente, de um ‘eu comum’. Para o autor, podemos acreditar estar diante de uma mera metáfora, mas, nenhuma metáfora é somente uma ilustração. Se não é possível pensar a instauração política sem apelar às metáforas corporais é porque, na verdade, as constituições dos vínculos políticos estão intrinsecamente associadas à capacidade de sermos sensivelmente afetados (SAFATLE, 2019). As metáforas do corpo político também indicam a natureza do regime de afecção que sustenta determinadas decisões ou conexões sociais. Por isso, para Safatle (2019) há certas afecções que não estão associadas a percepções racionais. Elas nos fazem agir socialmente de formas variadas, visto que um corpo não é apenas o espaço no qual essas afecções são produzidas, ele também é produto. Assim, “as afecções constroem o corpo em sua geografia, em suas regiões de intensidade, em sua responsividade” (SAFATLE, 2019, p. 20). Todavia, o autor destaca que nem todas as corporeidades são idênticas. Cada regime de corporeidade tem seu modo de afecção e cada corpo tem seu regime de temporalidade. Temporalidade que, por sua vez, pode nos fornecer coordenadas importantes para pensarmos formas de corporeidade social distintas, pois regimes de temporalidade idênticos aproximarão corpos aparentemente distantes.

Em contrapartida, nas Relações Internacionais convencionais, os corpos têm sido implicitamente e problematicamente entendidos em termos humanistas liberais (WILCOX, 2014). Os corpos humanos são taxados como objetos individuais e materiais, preexistindo às entidades políticas que abrigam sujeitos soberanos e são apresentados como organismos determinados exogenamente. Segundo Wilcox (2014), constantemente abordado nas RI sem a sua dimensão social e política, o corpo é tratado como um objeto inerte. Wendt (2001) também expõe que os sujeitos nas RI são formados por meio de suas relações sociais, mas seus corpos ficam fora da política, como “fatos brutos”. O autor esclarece que em muitas variantes da Teoria Crítica das Relações Internacionais o corpo é um meio de poder social, ao invés de uma força por direito próprio. Nesse sentido, Wilcox (2014) explicita que, no quadro das Relações Internacionais, os corpos são relevantes para a política apenas quando vivem ou morrem. Por isso, existe uma *relação de produtividade da violência nas RI* expressa através da constituição dos sujeitos corporificados.

Embora existam divergências dentro da teoria feminista sobre a constituição do “corpo” e seu papel na política, as feministas tornaram as questões da corporificação centrais para seus

projetos desconstrutivos e emancipatórios. Em conjunto com os Estudos *Queer*, as teóricas que atuam na disciplina de Relações Internacionais, desafiaram a premissa dos corpos serem considerados objetos inertes, manipulados e movidos pelas motivações de seus agentes. Passaram a desenvolver uma leitura das RI atenta às maneiras pelas quais os corpos podem exercer o papel de produto e produtor no sistema. Para Wilcox (2014), a necessidade de apresentar o caráter político dos corpos dos indivíduos faz parte de um empenho explicativo e principalmente reflexivo “sobre como os sujeitos se constituem e como práticas violentas são viabilizadas nas RI, mas também se torna um projeto crítico para abrir espaço para pensar a política e a resistência de forma antes negligenciadas” (WILCOX, 2014, p. 5, tradução nossa).

As pesquisas feministas e *queer* introduziram nas RI a lógica segundo a qual os corpos dos indivíduos devem ser considerados como constituídos em referência às suas próprias condições políticas e históricas. Ao abordarem os conceitos de gênero e sexualidade, desafiaram a disciplina a pensar o papel do corpo e da formação do indivíduo como centrais na dinâmica internacional. Nesse sentido, é crucial entendermos os aspectos da violência política que não são teorizados quando assumimos que a violência só atinge corpos constituídos fora das relações dinâmicas que os formam. Para Wilcox (2014), as práticas contemporâneas de violência não são formadas apenas em referência ao poder soberano, como a maioria das teorias de RI supõe, diante disso devemos tomar os corpos como objetos de intervenção ativa e não apenas como objetos de proteção.

Foucault (1979) considera que os sujeitos estão expostos a mecanismos de sujeição de modo geral, que se materializam no conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que aplicam o direito, pondo em prática relações que não são de soberania e sim de dominação. Os mecanismos de sujeição se revelam no momento em que o sujeito se constitui através de um poder repressivo (FOUCAULT, 1980). Essa dinâmica cria padrões hierárquicos de subordinação que condicionam as ações e reações dos sujeitos e seus corpos na política. Do ponto de vista biopolítico<sup>6</sup>, os corpos são constituídos como indivíduos e como populações que devem ser mortas, ou feitas para viver (FOUCAULT, 2010). Assim, as práticas biopolíticas da violência chamam nossa atenção para a questão de como os corpos se constituem como objetos

---

<sup>6</sup> Segundo Foucault (2010), o século XIX assiste a uma estatização do biológico. Nesse período duas tecnologias de poder são introduzidas na sociedade, uma centrada no corpo e outra centrada na vida. Essas tecnologias se articulam com o disciplinamento social sob a forma do que se chama de biopolítica. Surge um novo direito que perpassa o direito soberano, o direito de fazer viver e deixar morrer. Esse direito é exercido como política estatal que administra a vida e o corpo da população. Na perspectiva biopolítica, a vida é pensada como elemento político, devendo ser administrada e regrada pelo Estado, mas ao mesmo tempo que o Estado deve proteger as condições de vida da população, acaba por cuidar da vida de uns e autorizar a morte de outros.

e quais são os parâmetros e possibilidades para a subjetividade corporificada (WILCOX, 2014). Por isso, Safatle (2019) considera que

não há política sem a encarnação [...] pois é tal encarnação que afeta os sujeitos que compõem o corpo político, criando e sustentando vínculos. Encarnação que pode se dar sob a figura do líder, da organização política, da classe, da ideia diretiva, dos vínculos a certos arranjos institucionais, da lavadeira; mas que deve se dar de alguma forma. Ignorar esse ponto é um dos maiores erros de várias formas de teorias da democracia. Uma encarnação não é necessariamente uma representação, mas um dispositivo de expressão de afetos. Sendo assim, podemos pensar a política a partir da maneira como afetos determinados produzem modos específicos de encarnação (SAFATLE, 2019, p.20).

Todavia, ao discutir as afecções que podem ser geradas nas Relações Internacionais, através da política, muitas vezes é dado destaque apenas às práticas violentas que expressam a instabilidade de sujeitos corporificados. Para Safatle (2019), o medo torna-se o afeto político e o corpo, tendencialmente paranoico, fica preso à lógica securitária da tradição liberal de que deve ser protegido contra todo o tipo de violência que coloca em risco o princípio unitário da vida social. De acordo com Ginzburg (2014), esse medo nasce em conjunto com o pacto social que cria o Estado, aquele que Hobbes chamará de Leviatã. O autor reitera que encontraremos na origem do Estado o medo e no fim, como resultado de sua criação, a sujeição ou reverência. O Estado estruturado pelo medo, incute terror, misturando de maneira inextricável medo e sujeição (GINZBURG, 2014). Diante disso, os corpos dos sujeitos tornam-se objetos controlados pelos dispositivos de poder aplicados pelo Estado e suas interações com outros corpos, físicos ou não, alimentam a expansão do domínio da política sobre a vida.

Ao implantar a noção de corporificação<sup>7</sup>, discutida em boa parte de seus trabalhos, Butler (2020) procurou reconciliar a significação historicamente concebida do corpo com uma noção dinâmica do performativo. “A maneira como estilizamos nossos corpos não é uma questão de sexo (natureza) nem simplesmente um adjunto da ordem de gênero prevalecente (cultura), ao contrário, é uma das técnicas através das quais executamos, representamos e ‘fazemos’ o gênero” (NAYAK E KEHILY, 2006, p. 467, tradução nossa). Então, não podemos apenas destacar o dano causado aos corpos como algo isento de interferências externas e/ou características individuais, devemos relatar a existência do corpo através do que o constrói e do que ele afeta. Butler (2019b) aponta que política produz determinados tipos de corpos, dos quais

---

<sup>7</sup> Segundo Martins (2018) “corporificação pode ser definido como um processo de ação política em que corpos estão implicados na constituição de si e do mundo social, o que ocorre de modo intersubjetivo e posicionado por dimensões históricas e geopolíticas de gênero, raça, etnia, classe e sexualidade” (MARTINS, 2018, p. 54). Esse conceito deriva da tradução da palavra inglesa ‘*embodiment*’ que também pode ser compreendida como ‘encarnação’, como é utilizado no argumento de Safatle (2019). Todavia, o uso e significado do conceito ainda está em discussão nas Ciências Sociais.

alguns podem ser prejudicados, outros tidos como invulneráveis e as relações de poder que os permeiam são capazes de definir quais poderão continuar existindo.

Para Butler (2019b), as fronteiras do corpo podem ser consideradas como os primeiros contornos do sujeito. Ela exprime que o corpo pode implicar “mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência, e o corpos também ameaçam nos transformar na agência e no instrumento de tudo isso” (BUTLER, 2019a, p.46). Seguindo a linha foucaultiana, de acordo com Nayak e Kehily (2006), Judith Butler desenvolve em seus escritos uma visão na qual “o corpo humano - aquele carnudo e aparentemente o mais ‘natural’ dos seres, é constituído nos capilares discursivos das tecnologias médicas, educacionais, judiciais, militares e religiosas” (NAYAK; KEHILY, 2006, p. 467, tradução nossa). Para os autores, a maior preocupação de Butler (1993) é enfatizar que os corpos importam e existem diversas possibilidades e formas deles se destacarem nas relações sociais.

Convém lembrar, por fim, a observação de Wilcox (2014) de que tornar os corpos centrais na teorização das RI é o primeiro passo para nos permitir repensar a dinâmica da política global de maneiras que possibilitem abrir novos caminhos e construções políticas. A categorização dos corpos como um efeito de práticas das Relações Internacionais possibilita o entendimento da vida social e política através de uma história que está continuamente sendo escrita. Segundo Federici (2017), ao longo do desenvolvimento capitalista, o corpo passou a ser progressivamente politizado, desnaturalizado e redefinido como “o outro”, o objeto limite da disciplina social. Mulheres e minorias, incluindo minorias sexuais, tiveram por muitas vezes seus corpos violentados e subjugados pelo sistema de exploração centrados nos homens. Nesse sentido, para Butler (2019a), essas minorias sujeitas e expostas à violência evidenciam a noção de que somos constituídos politicamente em partes pela vulnerabilidade social de nossos corpos, mas, nem todo corpo experimenta, vive ou se constitui sob as mesmas realidades.

Sendo assim, as pesquisas elaboradas pela filósofa pós-estruturalista Judith Butler e pela feminista e filósofa Silvia Federici tornar-se-ão extremamente relevantes para este trabalho e para o alargamento, que pretendemos, das possibilidades teóricas de pensarmos as Relações Internacionais.

## **2. ENTRE FOGUEIRAS E ASSEMBLEIAS: APOTAMENTOS SOBRE GÊNERO E CORPO EM SILVIA FEDERICI E JUDITH BUTLER**

### **2.1. Calibã e a Bruxa: Silvia Federici e as Relações Internacionais**

- Eles creem – disse Viviane, com sua voz suave e baixa – que não há Deusa; pois o princípio da mulher, dizem, é o princípio de todo o mal; por meio da mulher, de acordo com eles, o mal entrou no mundo; há uma lenda judaica fantástica sobre uma maçã e uma cobra. (BRADLEY, 2008, p. 24)

As *Brumas de Avalon* é uma obra literária de fantasia escrita pela autora norte americana Marion Zimmer Bradley que ambienta a vida do Rei Artur e seus cavaleiros sob a perspectiva das principais mulheres envolvidas na história. Por séculos, as lendas arturianas povoaram o imaginário de leitores de todo o mundo, mas dessa vez foi relatada através dos olhos de mulheres complexas e poderosas como Morgana das Fadas, Viviane, a Senhora do Lago, Igraine, Morgause e Gwenhwyfar. Para Bleiker (2009), quando olhamos para a literatura ou para outras formas de arte, podemos não obter respostas claras sobre os fatos, mas muitas vezes somos capazes de captar novas visões acerca de experiências e sentimentos que temos relacionados aos acontecimentos históricos ou processos políticos. Tendo isso em mente, a partir de uma reflexão sobre o que Bradley (2008) nos apresenta, somos capazes de constatar que tanto na ficção como na realidade, as mulheres por muito tempo foram associadas à bruxaria, ao diabólico, ao ocultismo, vistas como um problema para a sociedade. Nesse sentido, assim como Bradley (2008), a filósofa e pesquisadora Silvia Federici retoma em sua pesquisa uma das figuras mais controversas do imaginário social, a Bruxa, para expor como as mulheres em nossa sociedade foram perseguidas, violentadas, negligenciadas e tiveram sua participação apagadas da história.

Silvia Federici é uma intelectual militante de tradição feminista marxista autônoma, nascida na cidade italiana de Parma em 1942 e radicada nos Estados Unidos. Atualmente, é professora emérita da Universidade de Hofstra, em Nova York. Escreveu o livro *Calibã e a Bruxa* sobre o desenvolvimento do capitalismo e a violência contra as mulheres e o livro *O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista* (2019). A autora também possui inúmeros artigos sobre feminismo, colonialismo, globalização, trabalho precário, entre outros temas correlatos. Em seu célebre trabalho, *Calibã e a Bruxa*, Federici (2017) buscou demonstrar que a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado recente de um mundo pré-moderno. Esse processo faz parte da formação do capitalismo e ainda hoje continua sendo construído sobre diferenças sexuais e reconstruído para cumprir novas funções de controle social. Federici (2017) apresentou o desenvolvimento do capitalismo a partir de um ponto de vista feminista, ao mesmo tempo que queria evitar as limitações de uma ‘história das mulheres’. No contexto do livro, o conceito de ‘mulheres’, não significa somente “uma história oculta que necessita se fazer visível, mas também uma forma

particular de exploração e, portanto, uma perspectiva especial a partir da qual se deve reconsiderar a história das relações capitalistas (FEDERICI, 2017, p.27).

Dessa forma, ao recontar a história da caça às bruxas e do desenvolvimento do capitalismo vividos pela Europa do século XVI ao XVIII, a autora redefiniu categorias historicamente aceitas e expôs as principais estruturas ocultas de dominação e exploração contra a classe trabalhadora, principalmente contra as mulheres. Segundo Federici (2017), durante o processo de transição para o capitalismo, tarefas produtivas, reprodutivas e as relações homem-mulher foram reorientadas e constituídas por meio de ações extremamente violentas. Em uma sociedade que estava cada vez mais voltada para as relações econômicas, as mulheres acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica e à dependência econômica. Como não tinham acesso à salários dignos e eram invisibilizadas como trabalhadoras, terminaram sem condições básicas e fundamentais para a vida social. Federici (2017) expõe que nesse cenário, o Estado<sup>8</sup>, os homens e a Igreja se apropriaram do corpo feminino, forçando-o a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de capital. Ao demonizarem, punirem e negarem às mulheres o controle de seus corpos acabaram confinando-as à atividade reprodutiva de um modo jamais visto.

De acordo com Wilcox (2014), nas Relações Internacionais os corpos estão longe de serem entendidos pelas suas relações de classe e muito menos pelas suas construções sociais. Os corpos nas RI são taxados como objetos que preexistem às entidades políticas e são constantemente apresentados sem a sua dimensão social. Por isso, ativistas e teóricas feministas retomaram as discussões acerca do conceito de corpo de forma a torná-lo imprescindível na investigação das raízes do domínio masculino, das ações políticas e da construção da identidade social feminina. Federici (2017) aponta que por meio de uma análise da ‘política do corpo’, os trabalhos feministas revolucionaram o discurso filosófico e político e passaram a revalorizar o mesmo. Esse foi um passo necessário tanto para confrontar a negatividade associada a identificação da feminilidade com corporalidade, como para criar uma visão mais ampla do que significa ser um ser humano (FEDERICI, 2017). Todavia, é uma ilusão conceber a libertação feminina apenas como um ‘retorno ao corpo’ ou com a inserção de corpos femininos em determinados espaços. Se o corpo feminino é um elemento primordial para o campo de atividades reprodutivas que foi apropriado pelos homens e pelo Estado, “então o corpo é o lugar

---

<sup>8</sup> No contexto histórico de transição do feudalismo para o capitalismo apresentado por Federici (2017), o conceito de Estado ainda não havia sido definido e institucionalizado. O uso do termo, no texto da autora e nesta seção, serve apenas como facilitador da análise argumentativa.

de uma alienação fundamental que só pode ser superada com o fim da disciplina-trabalho que o define. Essa tese também se verifica para os homens” (FEDERICI, 2017, p. 33).

A caça às bruxas marcou a perseguição contra os corpos proletários, mas as mulheres comumente vinculadas ao uso da magia, foram cada vez mais associadas à figura do herege e ao mesmo tempo tiveram sua feminilidade demonizada e os seus corpos disciplinados e domesticados. Federici (2017) destaca que uma das condições para o desenvolvimento capitalista coincide com essa nova lógica de exploração do corpo que vinha sendo instaurada. Para a autora, o corpo visto como instrumento de exploração para o desenvolvimento capitalista estava associado ao processo que Michel Foucault definiu como ‘disciplinamento do corpo’, que consistia em uma tentativa do Estado e da Igreja de transformar as potencialidades dos indivíduos em força de trabalho. O interesse da burguesia estava nos próprios mecanismos que excluía grupos sociais considerados marginalizados e como eles, em dado momento, tornaram-se economicamente lucrativos e politicamente úteis para os burgueses (FOUCAULT, 2010). A burguesia então cravou sua marca na história, travando uma batalha contra o corpo no intuito de formar um novo tipo de indivíduo. Ao estabelecer a divisão entre o corpo e a mente, a filosofia cartesiana que dominava as discussões da época reforçou a automação do corpo para o serviço laboral. Souza (2018) acrescenta que,

[...] a Igreja cristã institucionalizou a separação entre espírito e corpo como uma oposição entre salvação e pecado, nós, filhos de 2 mil anos de trabalho diário dessas ideias, hoje naturalizadas e não mais refletidas por ninguém, separamos o mundo inteiro em espírito, tudo que é nobre, e corpo, tudo que é ameaçador e digno de repressão. Assim, hoje em dia, separamos as classes sociais em classes do espírito, as classes “superiores”, e classes do trabalho manual e corporal, as classes “inferiores”. O que implica perceber que o capitalismo reproduz a mesma hierarquia moral que caracterizava a Igreja cristã, só que de modo, agora, inarticulado e pré-reflexivo. Do mesmo modo, sem qualquer mediação consciente, separamos as mulheres como afeto e corpo e os homens como razão e distanciamento afetivo, e os brancos e os negros segundo o mesmo princípio: o espírito diviniza e o corpo animaliza os seres humanos. Tudo que represente o espírito, como a inteligência e a moralidade, é percebido como superior e nobre, embora nem sequer reflitamos mais sobre a origem dessas avaliações. Por outro lado, tudo que seja associado ao corpo, como os afetos, o sexo ou a agressividade, é percebido por todos nós como vulgar, ameaçador e inferior (SOUZA, 2018, p.10).

No campo das relações internacionais, tal perspectiva parece embasar teorias Realistas e Liberais, todavia acaba se estendendo até a Teoria Construtivista das RI, como bem recorda Wilcox (2014) ao apontar que o corpo no construtivismo abordado por Alexander Wendt<sup>9</sup>, é análogo ao território de um estado e tem uma existência material independente que não é constituída por ideias ou discursos. Esta é a razão pela qual encontramos muita violência e

---

<sup>9</sup> Ver Fearon e Wendt (2002).

muito interesse nas estratégias que o Estado adotou com relação ao corpo. Para Wilcox (2014), o sujeito livre que essas correntes teóricas sustentam é um sujeito cujo corpo não tem marcas. O corpo tomado como referencial tradicionalmente nas teorias das relações internacionais é um corpo adulto, jovem, saudável, masculino, cisgênero e não marcado racialmente. Enquanto isso, os corpos de mulheres, latinos, pessoas *queer*, negros, judeus e outras minorias não compõem o quadro principal de análise da disciplina.<sup>10</sup>

Posto isso, Federici (2017) enfatiza que enquanto o corpo é a condição de existência da força de trabalho, é também seu limite, já que constitui o principal elemento de resistência à sua utilização. Para a autora podemos observar, em outras palavras, que a primeira máquina a ser desenvolvida pelo capitalismo não foi a máquina a vapor, nem tampouco o relógio, mas sim o corpo humano. Durante o desenvolvimento do capitalismo e a caça às Bruxas na Europa, o corpo foi reduzido a uma ferramenta e pôde ser aberto à manipulação infinita de seus poderes e de suas possibilidades. No mesmo período, com a queima de bruxas nas fogueiras nasceu o uso científico da tortura e a mesma tornou-se um dos instrumentos mais utilizados para controle dos corpos. Segundo Federici (2017) as fogueiras nas quais bruxas e outros praticantes da magia morreram e as câmaras em que foram torturadas e executadas, converteram-se em um laboratório onde a disciplina social tomou forma e sentido, onde muitos conhecimentos sobre o corpo foram adquiridos. Esse regime desencadeou uma complexa dinâmica de violência, sujeição e resistência dentro e por meio do corpo.

Efetivamente, durante o século XVII, o domínio de si foi uma prerrogativa burguesa. A noção do corpo como receptáculo de poderes mágicos foi extinta porque a magia era vista como um artifício utilizado para obter o desejado sem trabalhar, portanto, incompatível com a disciplina do trabalho capitalista. Com o objetivo de se apropriar do corpo, a burguesia também tratou de conquistar o proletariado que era tanto seu objeto de repulsa como de necessidade. Para Federici (2017) isso significa que, enquanto o proletariado se convertia em ‘corpo’, o corpo se convertia em ‘proletariado’, ou seja, em sinônimo de fraqueza e irracionalidade. A autora aponta que quando os filósofos da época falavam do ‘homem’ como um ser racional, faziam referência exclusiva a uma pequena elite composta por homens adultos, brancos e de classe

---

<sup>10</sup> As pesquisas sobre o corpo nas RI são destacadas pela área de Segurança das Relações Internacionais, com produções apoiadas na discussão acerca da segurança humana. Todavia, Wilcox (2014) aponta que o conceito de segurança humana aceita o indivíduo como uma unidade exógena de análise. Por isso, entende que o impacto das vertentes realistas e liberais na disciplina demonstra uma inadequação das maneiras como os corpos têm sido conceituados nos estudos de segurança, seja a segurança entendida em termos de proteção de seres humanos de forma individual ou as agregações de corpos em populações (WILCOX, 2014). O corpo entendido como algo que sofre e produz efeito também pode ser discutido por meio da concepção de auto sacrifício, na relação entre corpo e emoção, entre outros aspectos. Para mais informações ver Puar (2017) e Fierk (2012).

alta, pois estes eram os modelos de sujeitos racionais capazes de exercer e compreender a vida política. Assente a isso, para a implementação da racionalização era necessário que o Estado eliminasse uma gama de crenças pré-capitalistas. Sendo assim, o Estado passou a regular o comportamento corporal, estendendo seu controle à repressão dos desejos, das emoções e de outras formas de comportamento. Essa tese, segundo Wilcox (2014), demonstra como o domínio da razão para o indivíduo liberal era seu maior propósito, requisito primordial para que os homens se tornassem sujeitos soberanos e participassem de forma plena na vida pública.

Federici (2017) conclui que naquele momento foi construída uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho, suas capacidades sexuais e reprodutivas estavam sob o controle do Estado e acabaram transformados em recursos econômicos. Ao considerarmos o contexto histórico no qual a caça às bruxas na Europa ocorreu, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição a elas, podemos depreender que as mulheres se mobilizaram e resistiram contra a difusão das relações capitalistas, por isso, foram perseguidas pelo Estado e pela Igreja. A figura da bruxa trouxe à tona todo um imaginário de violência, de obediência obtida a sangue e lágrimas, demonstrando o que Gros (2018) aponta como a realidade tenaz que o pensamento político tenta ignorar. A submissão, principalmente econômica das mulheres agita as falsas aparências das relações entre o Estado e os indivíduos, reificando a noção das relações de forças entre esses serem díspares.

Por meio da caça às bruxas, o mundo das práticas femininas, das relações coletivas e dos sistemas de conhecimento havia sido destruído, passando a imperar a imagem da feminilidade domesticada, o modelo de mulher e esposa ideal. Essa dinâmica foi percebida principalmente nas artes plásticas da época. Wilcox (2014) salienta que o gênero, definido como um fenômeno social e cultural que determina as subjetividades e compõe as relações de poder, expõem os corpos a diferentes formas de violência. Para a autora, como as RI tradicional teoriza os corpos dos sujeitos como existindo fora da política, não consegue enxergar a violência como uma força criativa que molda os limites de como nos entendemos sujeitos políticos, bem como tem a capacidade de formar as fronteiras de nossos corpos e comunidades políticas. As RI direcionam o foco da política ao poder soberano e não compreendem que a guerra e a violência política funcionam tanto para fazer quanto para refazer corpos. É por meio da violência que esses corpos passarão a ser vistos, reconhecidos. Nesse sentido, Wilcox (2014) esclarece que não devemos considerar a violência apenas como algo feito a um corpo, pelo contrário, várias formas de violência são parte integrante da produção dos vários corpos que são sujeitos à violência.

Assim, uma questão destacável no argumento de Federici (2017) é a existência de corpos que desafiavam e ameaçavam o poder soberano, mesmo durante processos históricos extremamente violentos como foi a caça às bruxas. Ao tornarem as discussões sobre gênero e corpo centrais para a análise do Internacional, as produções feministas e *queer* das RI, conseguiram destacar quais eram esses corpos subversivos, além de grupos e padrões sociais que foram historicamente controlados pelo Estado. Por não se associarem ao padrão normativo e irem contra aos instrumentos de sujeição, os corpos subversivos foram constantemente perseguidos pelas forças do Estado e negligenciados pelas Relações Internacionais. Essa concepção fica evidente quando entendemos o alcance que processos como a colonização, a caças as bruxas, as novas formas de imperialismo, entre outros, têm sobre a produção de corpos capazes ou não de se revolucionarem contra regimes políticos e suas dinâmicas opressoras. Esses corpos resistentes serviram de exemplo na contemporaneidade para o surgimento de novas formas de organização política, assembleias que buscam lutar pelo direito de existir dignamente como será apontado na tese de Butler (2018).

Por fim, a análise do fenômeno da caça às bruxas apresentado por Federici (2017), além de nos informar sobre a importância do gênero e da sexualidade na transformação das relações econômicas, políticas e de classe na Europa, também evoca a percepção de que o capitalismo colonial moderno, importou da burguesia europeia suas políticas de controle do trabalho e de domesticação dos corpos. Federici (2017) argumenta que o reflexo das bruxas europeias eram os índios americanos colonizados e os africanos escravizados. Em vista disso, torna-se importante alocar os trabalhos feministas que investiguem a matriz colonial do poder e tecem críticas construtivas às noções realistas e liberais das Relações Internacionais.

## **2.2. Judith Butler: uma visão contemporânea do corpo e do gênero na política**

A escritora e filósofa Judith Butler nasceu em 1956, na cidade de Cleveland, Ohio, nos Estados Unidos. Ela é Doutora em Filosofia pela Universidade de Yale e atua como professora de Retórica e Literatura Comparada na Universidade da Califórnia, em Berkley. É autora de diversos livros, entre os quais se destacam, *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (2019a); *Vida precária: Os poderes do luto e da violência* (2019b); *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia* (2018), entre outros títulos. A autora tem presença marcante em debates sobre Direitos Humanos e identidade

de gênero, ganhando assim diversos prêmios por suas contribuições para os estudos de gênero, filosofia política e filosofia moral.

Butler (2018) expõe que a racionalidade do mercado está decidindo quais saúdes e vidas devem ser protegidas e quais não devem. Essa concepção associada aos apontamentos de Foucault (2010) sobre o surgimento da biopolítica reforçam a noção de que as formas neoliberais de poder vêm trabalhando para destruir as estruturas de apoio básicas de grupos vulneráveis. No interior das relações sociais desenvolvidas sob a égide do capitalismo, as classes dominantes usam da ameaça da precariedade para justificar sua acentuada regulação do espaço público e expansão do mercado, ao mesmo tempo que estabelecem todos os membros da população como potencial ou realmente precários (BUTLER, 2018). Em razão disso, segundo a autora, precisamos compreender qual tipo de política e quais aspectos irão formar grupos em situação de vulnerabilidade, visto que a vulnerabilidade não é apenas uma condição a ser superada, mas uma característica constitutiva do sujeito corporificado. Isso está evidente enquanto enfrentamos umas das maiores crises sanitárias que o mundo já vivenciou, a pandemia da Covid-19. É possível constatar que no momento em que alguém se prova incapaz de se adequar à norma da autossuficiência neoliberal, essa pessoa se torna dispensável. A crise sanitária tem impactos diferentes em contextos socioeconômicos distintos. Ou seja, os desafios postos pela pandemia não são apenas sanitários, mas são também socioeconômicos, políticos, culturais, éticos, científicos e são desafios muito agravados pelas diferentes desigualdades que temos entre os países.

Butler (2018) defende que, de fato, estamos no meio de uma situação biopolítica na qual diversas populações estão cada vez mais sujeitas ao que ela e outros autores chamam de 'precarização', condição geralmente induzida e reproduzida por nossas instituições. Com o passar do tempo, os sentimentos de insegurança e desesperança tomam conta da sociedade por meio do desgaste quase completo dos vestígios da social democracia (BUTLER, 2018). Tudo isso apoiado na ideologia liberal e individualista que obriga a maximizar o valor de mercado em detrimento da vida. Para a autora, como as criaturas humanas são dependentes de uma infraestrutura para sustentar a vida, para existir em sociedade, esse processo de precarização está intimamente ligado à percepção de como a vida é mantida, como pode ser viável e que grau de sofrimento e esperança ainda é possível suportarmos. Como a economia neoliberal estrutura cada vez mais nossas instituições e serviços públicos, nós acabamos nos deparando, de uma maneira nova, com a ideia de que algumas populações são consideradas descartáveis (BUTLER, 2018).

Vidas são apoiadas e mantidas diferentemente, e existem formas radicalmente diferentes nas quais a vulnerabilidade física humana é distribuída ao redor do mundo. Certas vidas serão altamente protegidas e a anulação de suas reivindicações à inviolabilidade será suficiente para mobilizar as forças de guerra. Outras vidas não encontrarão um suporte tão rápido e feroz e nem sequer se qualificarão como passíveis de ser enlutadas (BUTLER, 2019b, p.52).

Entre a queima de bruxas na fogueira e a gestão atual da política global, mulheres e minorias, incluindo minorias sexuais, continuam sujeitas à possibilidade e concretização da violência. Isso quer dizer que o corpo ao obter um significado político constitui-se como um local de desejo e de vulnerabilidade física, um local de exposição pública e ao mesmo tempo de desamparo (BUTLER, 2019b). Por isso, a teoria feminista tem lutado para teorizar a corporificação como um aspecto necessário para as Relações Internacionais. Conforme Wilcox (2014) exprime, a corporificação não deve ser exclusiva da subjetividade em seus próprios termos. Devemos repensar o corpo e os conceitos que o intersectam de forma ambivalente. Por exemplo, “a violência pode ser repensada como algo produtivo e não apenas destrutivo; a vulnerabilidade não é apenas uma condição a ser superada, mas uma característica constitutiva do sujeito corporificado” (WILCOX, 2014, p. 8, tradução nossa).

A ênfase dada pela teoria de Butler (2018) e pelos trabalhos feministas para o âmbito da violência<sup>11</sup> na política internacional demonstram que as RI necessitam de um novo ponto de partida, já que os teóricos não podem mais tratar de comunidades políticas povoadas por atores cujos corpos são menosprezados e transcendidos. Os corpos também não devem ser interpretados como corpos individuais, completamente distintos de outros corpos. Para Butler (2018), corpos são concebidos por redes de apoio com outros corpos. Por isso, os trabalhos feministas e *queer* estabelecem o significado político do corpo humano entendendo as relações por meio das quais ele vive e acabam construindo argumentos mais coesos acerca dos vários fins políticos que buscam atingir. Butler (2018) sugere que não podemos entender a vulnerabilidade corporal sem levar em consideração as relações constitutivas do corpo com outros humanos, processos vivos, condições inorgânicas e meios de vida. De acordo com a autora, não se trata apenas desse ou aquele corpo estar conectado a uma rede de relações, mas

---

<sup>11</sup> A discussão sobre violência nas RI não é um debate consolidado. Uma das concepções discutidas na disciplina que mais se aproxima da trabalhada pelas autoras apresentadas são as pesquisas desenvolvidas pelos Estudos para a Paz (EPP), um campo derivado da área de Segurança Internacional. De acordo com Ferreira, Kuhmann e Maschietto (2019) os EPP “constituem uma área do conhecimento voltada principalmente ao estudo do fenômeno da violência e do conflito e à sua redução em distintas esferas. Incluem desde conflitos armados, como guerras interestatais e civis, violência interpessoal (como violência doméstica e crime), até formas de violência não direta como, por exemplo, as desigualdades sociais e a falta de acesso as necessidades humanas mais básicas, como alimentação e saúde, sem esquecer da violência cultural, que se origina de crenças e visões de mundo sectárias e excludentes, fornecendo justificativas para opressões, desprezos e silenciamentos” (FERREIRA; KUHMANN; MASCHIETTO, 2019, p. 13)

que apesar ou em virtude de as fronteiras do corpo serem claras, o corpo é definido pelas relações que fazem a sua vida e sua ação possível. Isso se relaciona com as possibilidades abertas à emergência de ‘novos sujeitos de direito’, como os novos movimentos sociais, com os tipos e formas de manifestação que eles desencadearam (MARTINS, 2018).

Na concepção de Butler (2018) é através das ‘assembleias’, uma forma de solidariedade social, que sujeitos e corpos se reúnem em busca de melhores condições de existência. Muitas vezes sob coação ou contra a coação, essas assembleias conectam aliados em nome da persistência e resistência ao poder soberano. Segundo a autora, as assembleias desempenham o papel de uma forma ainda não institucionalizada, porém plural de coexistência que podem ser entendidas como versões iniciais e provisórias da soberania popular.

Do meu ponto de vista mais limitado, quero sugerir somente que quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (BUTLER, 2018, p.17).

Nesse sentido, Butler (2018) elucida que algumas vezes, uma reunião pode ser realizada em nome do corpo, do seu direito de viver e independente de sobre o que seja o protesto, ele também pode ser implicitamente, uma reivindicação para os corpos se reunirem em assembleia e fazer isso livremente, sem medo de intervenções policiais ou censura política. Então, para Butler (2018) mesmo que o cerne das manifestações seja composto por um corpo que luta contra a precariedade, este também é o corpo que está exposto, demonstrando o seu valor e a sua liberdade na própria manifestação, representando, pela forma corpórea da reunião, um apelo ao político. Isso pode ser compreendido com a figura 1, onde vemos A’ed Abu Amro, jovem palestino de 20 anos que foi registrado lutando a favor do direito de existir e contra os bloqueios impostos por Israel a Faixa de Gaza. A imagem foi comparada com a pintura de Eugène Delacroix, *La Liberté Guidant Le Peuple* de 1830, tanto pela semelhança como pelo fato de a obra francesa ser inspirada na revolução que derrubou o rei Carlos X. Butler (2018) também aponta que as assembleias se estabelecem e muitas vezes se fazem representar através da comunicação audível ou silenciosa, da ação ou falta dela, “pelo gesto, por se reunirem como um grupo de corpos no espaço público, organizado pela infraestrutura – visível, audível, tangível, exposta de maneira tanto deliberada quanto indesejada, interdependente de formas tanto organizadas como espontâneas” (BUTLER, 2018, p. 176).



**Figura 1: Corpos palestinos existem e resistem**  
**Fonte:** Anadolu Agency/Getty Images, 2018.<sup>12</sup>

Como vivemos na era do digital, das imagens e dos processos virtuais, as assembleias ganham uma nova roupagem. Essas novas formas de assembleia costumam atuar através de intervenções artísticas (em suas mais diversas facetas, literatura, música, dança, artes plásticas) onde as discussões sobre corpo, gênero e política se destacam. No capítulo 3 deste trabalho, essa reflexão será melhor desenvolvida, mas vale ressaltar que para Bleiker (2008) a arte oferece múltiplos insights sobre os processos por meio dos quais representamos fatos e desafios políticos. A tarefa de analisar criticamente a política mundial mediante o uso de uma abordagem estética é desafiadora, por isso as convenções miméticas exclusivas da política internacional realista engessam o debate científico nas Relações Internacionais (BLEIKER, 2008). Um dos objetivos de expor os apontamentos de Federici (2017) e Butler (2018) é tentar reverter essa lógica, demonstrando que as RI mesmo lidando com a realidade dos fatos políticos não deve se prender à noção de um observador neutro e a uma separação correspondente entre objeto e sujeito, visto que suposições necessitam ser superadas.

Nas assembleias os posicionamentos políticos podem ser confundidos. Butler (2018) esclarece que não podemos apontar para uma reunião e concluir que essa exista em defesa da democracia, da dignidade e contra a precariedade da vida. A autora considera que as assembleias são necessariamente transitórias e essa transitoriedade está ligada à sua função crítica. Todavia, grupos com ideais não democráticos e preconceituosos também se utilizam das assembleias para promover suas concepções. Por isso, não é possível definir corpos e

<sup>12</sup> Disponível em: <[https://www.clarin.com/mundo/iconica-imagen-palestino-recorre-mundo\\_0\\_A5oqHqDTy.html](https://www.clarin.com/mundo/iconica-imagen-palestino-recorre-mundo_0_A5oqHqDTy.html)>. Acesso em: 01 de jul. 2021.

indivíduos que compõem reuniões políticas como representantes de uma totalidade da sociedade. Ademais, Butler (2018) acrescenta que o poder soberano busca a todo o momento negar a capacidade dos corpos se reunirem. Na nossa sociedade onde existe uma hiper valorização do mercado e dos complexos industriais prisionais, a esfera pública se constitui em parte por locais de isolamento forçado. Para a autora, “as fronteiras que definem o público também são aquelas que definem o confinado, o isolado, o aprisionado, o expulso e o desaparecido” (BLUTER, 2018, p. 194). Dessa maneira, se as Relações Internacionais buscam falar sobre fronteiras do Estado-Nação, onde pessoas sem documento são confinados em campos de refugiados, onde ainda existem prisões nas quais a detenção indefinida se tornou a norma ou direitos de cidadania são negados e suspensos indefinidamente, precisam também expor que existir, se mover e falar em público é precondição da vida corporificada.

Na concepção de Gros (2018) “os sujeitos políticos constituem um povo de crianças gratas e medrosas que o Estado protetor e ralhador carrega sob sua asa, sua copa, sua tutela” (GROS, 2018, p. 69). Para Butler (2018) existe uma diferença entre povo e população, se considerarmos a fundamentação da militarização do Estado. Caso essa seja baseada na alegação de que o ‘povo’ pertencente à nação deve ser defendido, descobriremos que apenas alguns corpos são defensáveis, e que há uma distinção entre os defensáveis e os indefensáveis (BUTLER, 2018). Isso esclarece porque a questão do status ontológico do corpo é uma preocupação para as feministas das Relações Internacionais. Durante muito tempo essas autoras tiveram que lutar contra os discursos científicos e médicos que abordavam a ‘inferioridade corporal natural’ das mulheres, bem como seu apagamento intelectual. Enquanto isso as RI aceitavam a ontologia de corpos como seres ‘naturais’ a serem protegidos por aparatos de estado (WILCOX, 2014). Essas feministas passaram a questionar a ‘naturalidade’ desse corpo a ser protegido e discutir quais tipos de políticas são possibilitadas em nome dessa proteção. Wilcox (2014) destaca que o pensamento feminista desafiou também a noção de mulheres apenas como nutridoras e maternais, incapazes do pensamento político, econômico ou científico abstrato, que caracteriza todo o sujeito do liberalismo.

Assim, como esses discursos foram muito difundidos nas bases teóricas das Relações Internacionais, a disciplina passou a considerar as mulheres como inerentemente necessitadas de proteção do Estado, condicionando-as a uma situação de vulnerabilidade e fraqueza naturais. Butler (2018) salienta que mulheres sofrem a vulnerabilidade social de forma desproporcional, mas algumas vezes essa afirmação pode significar que elas possuem uma vulnerabilidade imutável e definidora e esse é o tipo de argumento que as feministas buscam negar, evitando fortalecer disposições paternalistas de proteção. Como a categoria das mulheres é intersectada

por classe, raça, idade e vários outros vetores de poder e espaços de potencial discriminação ou injúria, devemos ficar atentos às ações políticas perpetradas pelo Estado que pretendem servir de facilitadoras para as condições de vulnerabilidade. Segundo Butler (2018) o poder soberano produz condições de negligência que na realidade permitem que pessoas morram ou buscam explicitamente a morte de determinadas populações. Por isso, definir que se sentir vivo ou afirmar a condição de estar vivo não é o que podemos esperar da política. “Sentir-se vivo não é exatamente o mesmo que lutar por um mundo no qual a vida se torne possível de ser vivida para aqueles que ainda são valorados como seres vivos”. (BUTLER, 2018, p. 205).

### 3. GÊNERO CORPORIFICADO: A ESTÉTICA NAS NOVAS FORMAS DE EXPRESSÃO POLÍTICA

Mesmo que haja uma predominância das falas e textos no campo da pesquisa empírica e teórica das Relações Internacionais, o uso de representações artísticas e imagéticas vem sendo utilizados, ainda que de forma tímida, como artifício de grande contribuição para análise social. As sociedades contemporâneas são caracterizadas pela exacerbação do visual, isso significa que a estética tem um papel fundamental na orientação de nossas práticas, embora muitas vezes isso se dê por meio de conhecimentos implícitos ou sem embasamento teórico (MARTINS, 2018). Nesse sentido, há nas representações artísticas e imagéticas um potencial para a investigação das Ciências Sociais que tem sido pouco explorado em virtude da valorização da linguagem escrita. Em convergência com essa hipótese, Bleiker (2009) aponta que devemos abraçar a estética como um aspecto essencial da compreensão da política mundial.

Como nossos gostos pessoais são centrais para quem somos e o que fazemos, podemos, e de fato devemos, nos entregar aos empreendimentos artísticos (BLEIKER, 2009). Mais do que nunca, com a precariedade exacerbada da vida e o aumento das crises sociais, a estética vem nos auxiliando no enfrentamento dessas dinâmicas e nos permite encontrar soluções inovadoras para desafios políticos de difícil solução. Se para Butler (2018) e Federici (2017) a vida política busca sistematicamente negar existências, condicionar corpos à condição de precarização, a estética como defendido por Bleiker (2009) tem potencial para ser entendida como uma contrapartida a esses processos. Os problemas que atualmente assombram a política mundial, como terrorismo, pobreza e crises humanitárias são muito sérios para não utilizarmos as múltiplas capacidades da inteligência humana em busca de uma saída para eles (BLEIKER, 2009). De fato, é por esse motivo que precisamos de inspiração estética. O autor conceitua a estética como o saber que nos permite aprofundar, refletir e enxergar os conflitos e dilemas políticos de novas maneiras. “É por isso que a estética se refere não apenas às práticas da arte - da pintura à música, poesia, fotografia e cinema - mas também, e acima de tudo, ao tipo de insights e entendimentos que elas engendram” (BLEIKER, 2009, p. 2, tradução nossa). Bleiker (2009) demonstra sistematicamente como, em diferentes cenários culturais e históricos, a estética pode nos conceder múltiplas perspectivas sobre os principais dilemas políticos.

Para Bleiker (2009), grande parte dos estudos de Relações Internacionais foram, sem dúvida, conduzidos no modo mimético de representação, que busca caracterizar a política da forma mais ‘realista’ e autêntica possível, com o objetivo de capturar a política mundial como ela ‘realmente’ é. Bleiker (2009), em conformidade com o pensamento de Wilcox (2014), expõe que as contribuições mais influentes para a disciplina das RI, particularmente as

absorvidas da América do Norte, continuam a aderir quase exclusivamente à noção de um observador neutro e uma separação correspondente entre sujeito e objeto. Em outras palavras, o realismo conseguiu suprimir os elementos que fazem referência ao sujeito e manteve a política voltada apenas para as análises objetificadas. De acordo com o autor, desafiar essa premissa permite analisar criticamente a política mundial e fazer uso da estética como uma ferramenta essencial que promove mudanças nas nossas sensibilidades, seja por meio da abstração ou da figuração. Uma abordagem estética pressupõe que sempre há uma lacuna entre uma forma de representação e o que é representado por ela (BLEIKER, 2009). Dessa maneira, ao invés de ignorar ou tentar diminuir essa lacuna, como fazem as abordagens miméticas, os defensores do uso da estética na disciplina reconhecem que existe uma diferença fundamental entre o que está sendo representado e sua representação. Bleiker (2009) também destaca que algumas das percepções teóricas e práticas mais significativas da política mundial emergem de reflexões que exploram como as práticas representativas passam a constituir e moldar eventos políticos e não das que ignoram a representação.

A arte, portanto, é política no seu sentido mais básico, pois oferece noções sobre os processos por meio dos quais representamos fatos e desafios políticos. Para Bleiker (2009) fica claro que nem todos os produtos artísticos necessariamente geram contribuições convincentes e nem substituem a necessidade de investigações científicas sociais rigorosas. O fato de colocar em primeiro plano a política de representação nas RI não é negar a existência de fatos ou alegar que o mundo 'real' não existe, é antes, reconhecer que as concepções miméticas ao proporem a semelhança perfeita entre significante e significado, nos oferecerem poucos entendimentos acerca do político (BLEIKER, 2009). O autor expõe que a estética não quer replicar o que está exposto como 'real', ela pretende criar encontros mais diversos e mais diretos com o político ao estabelecer interações produtivas entre diferentes categorias como sensibilidade, imaginação e razão.

A estética não é boa nem má, progressiva nem regressiva. Funciona mais como um amplificador. A estética adiciona uma dimensão diferente à nossa compreensão do político e, por consequência, aos discursos éticos que são centrais para travar debates políticos. Já que a arte não é a linguagem do hábito, visto que busca o novo, o diferente, o negligenciado, ela pode até criar um certo 'estado de alerta mental e emocional' - um incentivo para refletir e repensar o que foi dado como certo, para além do dogma e promover o debate sobre questões que, de outra forma, permaneceriam silenciadas ou marginalizadas. A estética poderia, por exemplo, nos dar percepções que não podem ser obtidas por meio das práticas da razão instrumental que chegaram a ser elevadas a forma primária - senão a única - de entender a política. É nesse sentido que a arte é eticamente relevante: ela desafia a tendência moderna de reduzir o político ao racional. E, ao fazer isso, a estética pode expor práticas políticas cujas dimensões problemáticas não são mais reconhecidas porque anos de hábito as transformaram em senso comum. (BLEIKER, 2009, p.11, tradução nossa).

Diante disso, Butler (2018), ao teorizar sobre as novas formas de assembleia, nos faz refletir sobre a contribuição da estética nas reuniões de indivíduos e corpos em prol de mudanças políticas e sociais. Através de intervenções artísticas onde as discussões sobre corpo, gênero e política se destacam, essas assembleias promovem uma nova percepção sobre os dilemas políticos e buscam quebrar os paradigmas sociais que o senso comum tratou de enraizar. Um bom exemplo desse processo foram as manifestações feministas desencadeadas pela performance *'Un violador en tu camino'* (Um violador em seu caminho) em novembro de 2019 que se tornou um fenômeno mundial. A intervenção artística do coletivo chileno LasTesis (2019) foi criada como parte de uma peça de teatro que não chegou a ser lançada, mas que ao ser performada nas ruas de Valparaíso - Chile, ganhou o mundo.

Através da performance artística, com coreografias e gestos a letra tomou 'corpo' nas ruas. Bleiker (2009) explica que as formas de arte abertamente comprometidas muitas vezes não fazem mais do que promover uma posição particular. Podem ser artes políticas, mas não esteticamente, são apenas outra maneira de expressar uma mensagem política. Segundo o autor "O fato de esta mensagem ser transmitida através de uma canção, um poema, um romance, uma pintura ou um filme é mera coincidência. Tem pouco ou nada a ver com as qualidades estéticas da própria forma de arte" (BLEIKER, 2009, tradução nossa). Entretanto, o que as feministas chilenas realizaram coaduna com a tese de Bleiker (2009) de que a estética política está associada com a capacidade dos engajamentos artísticos desafiarem como pensamos e representamos o político. Para o autor o conteúdo político reside na própria forma estética, e essa adquire significado político quando interfere e até mesmo rompe com a delimitação do senso comum do que pode ser visto, dito e pensado. É por isso que Bleiker (2009) destaca a concepção de Rancière (2004) na qual uma política estética é definida pela reorganização e expansão do sensível, uma nova forma de compreender as percepções sobre o político.

Em entrevista para a BBC Mundo, Paula Cometa, integrante do coletivo LasTesis relatou a Pais (2019) que o grupo trabalha desde abril de 2018 para levar teses de autoras feministas para o teatro, como uma transferência da teoria para a prática. Inicialmente, elas trabalharam com *Calibã e a Bruxa*, da autora Silvia Federici, e depois utilizaram a tese da antropóloga argentina Rita Segato. As integrantes do coletivo informaram que pensaram na composição como parte do espetáculo performático que elas realizariam e não como uma música de protesto, entretanto a performance acabou sendo muito divulgada e apropriada por diversos coletivos pelo mundo (PAIS, 2019). A potência dos corpos presentes na ação acentua a imanência das lutas pautadas pelas mulheres, traduzidas através do movimento corporal, da

linguagem, das artes e das imagens. Por isso, para Butler (2018) uma assembleia pode ser realizada em nome do corpo, do seu direito de viver e esses corpos são concebidos por redes de apoio com outros corpos.



**Figura 2:** Performance de ‘Un violador en tu camino’  
**Fonte:** publico.pt, 2019.<sup>13</sup>

A figura 2 mostra mulheres que participaram da intervenção artística na performance de ‘*Un violador en tu camino*’, que foram vestidas de roupas chamativas e com os lenços verdes, símbolo da luta de mulheres argentinas em busca do direito pelo aborto e vestidas de roxo, a cor tradicional das lutas feministas.

A atuação do coletivo LasTesis é um exemplo do que a estética tem a contribuir com a projeção das questões políticas, dado que o visual é uma das principais vias pelas quais notícias de lugares distantes chegam às pessoas em todo o mundo. Conforme Bleiker (2009) expõe, as abordagens estéticas embarcam em um encontro político direto pois reconhecem que a diferença entre representado e representação é a própria localização da política. Diferente das análises miméticas, as estéticas aceitam a inevitabilidade que existe entre uma forma de representação e o objeto que ela busca representar, sem transformar isso em uma ameaça ao conhecimento. Do ponto de vista de Bleiker (2019), o objetivo da estética é contar com um amplo registro de sensibilidades e percepções, em vez de se limitar às práticas da razão e do logos que triunfaram na esteira do Iluminismo. Para o autor, a sensibilidade e a imaginação podem reorientar nossos pensamentos de uma maneira que um processo mimético de

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/11/27/p3/video/o-violador-es-tu-a-musica-de-protesto-das-mulheres-do-chile-que-esta-a-arrepiar-o-mundo-20191127-180412>>. Acesso em: 02 de jul. 2021.

reconhecimento não pode. Então, recorrer a diferentes tipos e formas de abstrações, sejam elas mais sensuais e tangíveis, desde o poético até o visual e o musical, pode gerar fluxos produtivos entre as nossas capacidades de percepção, sensibilidade, razão, memória, imaginação entre o que o nosso corpo, nossa mente, alma, pensamento, poder e desejo almejam atingir (BLEIKER, 2019).

A letra da peça elaborada pelo coletivo feminista LasTesis descreve a indignação das mulheres com as ações do corpo de polícia ostensiva do Chile, os carabineiros. Entretanto o grito contra o patriarcado despertou os sentidos de diversas mulheres ultrapassando as fronteiras chilenas e chegou a outros coletivos feministas do mundo. A letra é associada a uma sonoridade e ao movimento corporal dos indivíduos que participaram da intervenção. Bleiker (2009) pontua que a música é uma das experiências sensuais que podem ampliar e desafiar nossa confiança exclusiva na razão e na exploração do político. A música pode, nesse sentido, gerar o tipo de sensibilidade essencial para o pensamento perspicaz. Os corpos reunidos para a performance entoaram que,

O patriarcado é um juiz que nós julga por nascer, e nosso castigo é a violência que você não vê / O patriarcado é um juiz que nós julga por nascer, e nosso castigo é a violência que você já vê / É feminicídio/ Impunidade para meu assassino / É o desaparecimento / É o estupro / E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como me vestia (4x) / O estuprador era você/ O estuprador é você/ São os policiais, os juízes, o estado, o Presidente/ O Estado opressor é um macho estuprador [...] (LASTESIS, 2019, tradução nossa).

A indignação nas palavras recitadas demonstra a conjuntura caótica que as mulheres ainda enfrentam na nossa sociedade. O patriarcado é visto como uma força repressora constitutiva do corpo social que julga corpos marcados pelo gênero antes mesmo destes serem capazes de tomar consciência sobre suas identidades. O Estado, o presidente, a polícia, os juízes são as instituições que materializam os mecanismos de controle nos quais essas mulheres são sujeitadas, comprovando a tese foucaultiana de que essas representações estabelecem as relações sociais baseadas na dominação. A letra e a própria performance têm o intuito de nos fazer refletir como julgamos e condenamos a maneira que as mulheres escolhem estilizar e representar o gênero em seus corpos. E o medo da violação, do estupro, da possibilidade de ser culpada demonstra que a violência política condiciona às mulheres a um comportamento tendencialmente paranoico, cuja finalidade é reforçar os sentimentos de insegurança e desesperança, mais uma função dos mecanismos de controle. Por isso, não podemos apenas destacar o dano causado aos corpos como algo isento de interferências externas e/ou características individuais. Como aponta Butler (2019b), devemos relatar a existência do corpo através do que o constrói e do que ele afeta.

Mas, apesar de todas essas frustrações, a intervenção artística demonstrou que a força das mulheres é sinônimo de revolução. Como reflexo de uma solução inovadora para repensar a política, a atuação das feministas chilenas somada a outras manifestações massivas no país, fizeram com que o governo aceitasse convocar um processo constitucional para eleger uma nova Assembleia Constituinte. O Chile elegeu 155 deputados constituintes, dos quais 65 são independentes, não vinculados a estrutura partidária alguma, mas compõem em conjunto com os 24 constituintes da *Lista del Pueblo* uma bancada em defesa do ‘Estado ambiental, igualitário e participativo’. O Chile também montou a única Assembleia Constituinte da história mundial a ter maioria de mulheres com 79 constituintes, sendo 18 integrantes de povos originários e a direita, que ansiava alcançar ao menos um terço dos números, terá apenas 37 deputados (SAFATLE, 2021). Para o autor, o caráter absolutamente único do processo chileno encontra-se no fato de ele se produzir como resultado de uma insurreição que exigiu imediatamente uma nova institucionalidade. O país permitiu que o entusiasmo insurrecional comandasse o processo constitucional, institucionalizando sua revolução molecular. Por isso que para Wilcox (2014) é necessário repensar o papel do corpo e da formação do indivíduo como centrais na dinâmica internacional. São esses os mais envolvidos nos processos políticos e suas ações são um desafio que o campo das Relações Internacionais deveria enfrentar com mais afinco.

Um outro exemplo da contribuição estética para as análises do político é a pesquisa desenvolvida por Cynthia Enloe em *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relations* (1989). Bleiker (2009) retoma a o trabalho da autora para expor que ela não começa suas investigações sobre a política internacional pautada no discurso usual das Teorias das Relações Internacionais, com os trabalhos de Hobbes ou Morgenthau. Enloe (1989) começa e segue suas observações através de Carmen Miranda, uma dançarina e cantora brasileira considerada estrela de *Hollywood* e símbolo da política econômica Norte Americana em relação à América Latina. Nos anos de 1930, as figuras mais influentes de *Hollywood* transformaram essa dançarina brasileira em uma estrela do cinema americano, na tentativa de ajudar o presidente Franklin Delano Roosevelt a promover relações amigáveis entre os EUA e a América Latina. A imagem de Carmem Miranda foi utilizada pelos norte-americanos e pelas forças capitalistas para remodelar as relações internacionais. A *United Fruit Company*, uma multinacional dos EUA, aproveitou-se da figura popular e latinizada de Carmen Miranda para estreitar laços entre as donas de casa americanas e os produtos fornecidos pela empresa, que em sua maioria vinham de plantações de frutas tropicais em países latino americanos (ENLOE, 1989)

Bleiker (2009) destaca que ao fazer isso, Cynthia Enloe contornou os limites disciplinares das Relações Internacionais e revelou o que de outra forma passaria despercebido, a noção de que as relações entre os governos não dependem somente de negociações sobre capitais e armas. Essas relações também podem ser construídas por meio do controle das mulheres como símbolos de consumo, mulheres estas que compõem a força de trabalho e muitas vezes são as únicas provedoras financeiras de suas famílias. Segundo Bleiker (2009) essa investigação desafia tanto as convenções acadêmicas das relações internacionais quanto as ‘realidades’ estreitas que foram criadas pela disciplina por meio de práticas representacionais bem estabelecidas. Bleiker (2009) acrescenta que Enloe (1989) ao fazer isso obscurece as fronteiras entre o mimético e o estético de uma forma que subverte as práticas de dominação existentes e cria as pré-condições para o estabelecimento de uma ordem política mais justa e inclusiva. Este e muitos outros casos servem de ilustração para atestar como as representações estéticas podem capturar aspectos das Relações Internacionais de uma forma única e como essas mesmas representações se tornam parte importante da própria dinâmica política.

As Ciências Sociais, especialistas em campos tão diversos como sociologia, política ou economia para Bleiker (2009) buscam generalizações, leis universais da natureza que precisam explicar a recorrência dos conflitos e fenômenos políticos ao longo da história. Entretanto, por mais sagazes que possam ser, algumas dessas análises fornecem uma visão de mundo em que os indivíduos são quase invisíveis, reduzidos a espectadores impotentes em um drama moldado por forças muito poderosas para serem sobrepujadas (BLEIKER, 2009). Por isso, um dos desafios futuros que o autor aponta para os trabalhos comprometidos com a estética nas Relações Internacionais é a imprescindibilidade em tornar a estética uma parte mais central e integrada das lutas políticas.

Assim, o poder da estética e sua relevância política, reside no envolvimento explícito da mesma com o processo inevitável de abstração, por que qualquer forma de representação é inevitavelmente um processo de interpretação e abstração (BLEIKER, 2009). Desse modo, a disciplina de Relações Internacionais poderia colher muitos frutos, tanto na teoria quanto na prática, com a integração de suas convenções científicas sociais com abordagens que problematizassem as práticas de representação predominantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das instituições elementares para a política e para o campo das Relações Internacionais é o Estado soberano. Este sempre teve papel de destaque nas pesquisas da área e teve suas funções revistas diversas vezes à luz de um conjunto de visões distintas. Nesse sentido, repensar o campo das Relações Internacionais e a forma como o mesmo estrutura e desenvolve conceitos, categorias, objetos, não significa apagar as contribuições já feitas acerca desses fenômenos, mas enfatizar que novos estudos expandem a leitura da disciplina em prol da ampliação do conhecimento científico. Questionar, portanto, quais as implicações do gênero e das corporeidades nas Relações Internacionais apresenta-se como uma postura que visa transpor experiências e vivências não hegemônicas, além de abrir espaço para pensar a política e a resistência de formas antes negligenciadas na disciplina.

Ao fornecer uma perspectiva mais ampla sobre as dinâmicas sociais que estruturam as interações globais, as concepções de Silvia Federici e Judith Butler acerca dos conceitos de corpo, gênero, vulnerabilidade, violência, entre outros apresentados nesta pesquisa objetivaram desafiar a ortodoxia fundacional das RI pautada nas vertentes teóricas realista e liberal, com o efeito de produzir novos conhecimentos e desestruturar as relações de poder no interior das Relações Internacionais. Através de uma discussão sobre os fatos sociais, esses conceitos associados à concepção de estética defendida por Bleiker (2009), serviram de base para constatar que sujeitos, corpos, gêneros, não podem ser entendidos ou considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais e seus marcadores identitários também não devem ser vistos de forma isolada. Sendo assim, podemos enfatizar que as noções críticas sobre as Relações Internacionais devem ir além das validações empíricas, se desejam lidar com o conteúdo politicamente carregado de práticas representacionais. Então, dessa maneira seremos capazes de avaliar o que de outra forma não somos capazes de enxergar: perspectivas e pessoas excluídas dos limites prevaletentes das Relações Internacionais e tanto a natureza quanto as consequências dos eventos políticos que a disciplina visa indagar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- ALCOFF, L. M. Decolonizando a teoria feminista: contribuições latinas para o debate. **Libertas: Revista de Pesquisa em Direito**, v. 6, n. 1, p. e-202001, 10 maio 2020.
- BLEIKER, Roland. **Aesthetics and World Politics**. 1. ed. England: Palgrave Macmillan, 2009.
- BRADLEY, Marion Zimmer. **As Brumas de Avalon: A Senhora da Magia**. Rio de Janeiro: Imago Editora. 2 ed. 2008.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1. Ed. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: n-1 Edições, 298 pp. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 189 pp. 2019a.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 287 pp. 2019b.
- ÇALKĖVIK, Aslı. Poststructuralism and Postmodernism in International Relations. **Oxford Research Encyclopedia Of International Studies**, USA: Oxford University Press. p. 1-29, 20 nov. 2017. DOI: 10.1093/acrefore/9780190846626.013.102.
- COHN, Carol. Gays in the Military: Texts and Subtexts. In: ZALEWSKI, Marysia; PARPART, Jane (Ed.) *The 'Man' Question in International Relations*. Boulder, CO: **Westview Press**, 1998. p.129-149.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis. 2002. p. 171-188.
- ELSHTAIN, Jean Bethke. **Women and War**. Nova York: Basic Books. 1987.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relations**. London: Pandora Press. 1989.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

\_\_\_\_\_. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEARON, James; WENDT, Alexander. Rationalism v. Constructivism: A Skeptical View. In **The Handbook of International Relations**, eds. Walter Carlsnaes, Thomas Risse, and Beth A. Simmons, 52–72. London: Sage Publications. 2002.

FERREIRA, Marcos Alan S. V.; KUHMAN, Paulo Roberto Loyola; MASCHIETTO, Roberta Holanda. Os estudos para a paz e o Brasil. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHMAN, Paulo Roberto Loyolla (org.). **Estudos para a Paz: conceitos e debates**. São Cristóvão: Editora UFS, 2019. Cap. 1.

FIERKE, K. *Political Self-Sacrifice: Agency, Body and Emotion in International Relations* (Cambridge Studies in International Relations). Cambridge: Cambridge University Press. 2012. doi:10.1017/CBO9781139248853

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Roberto Machado (org. e trad.). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

G1. **Com 522 mil mortos por Covid, Brasil tem maior queda na média móvel de óbitos desde novembro**. G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/07/02/com-522-mil-mortos-por-covid-brasil-tem-maior-tendencia-de-queda-nos-obitos-desde-novembro.ghtml>. Acesso em: 05 de jul. 2021

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: Quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 200 pp. 2014.

GROS, Frédéric. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

JESUS, Diego Santos Vieira de. O mundo fora do armário: teoria queer e relações internacionais. **Universitas: Relações Internacionais**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 51-59, 22 jul. 2014. Centro de Ensino Unificado de Brasília. DOI: 10.5102/uri.v12i1.2738.

KAHLINA, Katja. Nation, state and queers: ethnosexual identities in the interface between social and personal in contemporary Croatia. In: JÓNASDÓTTIR, Anna G.; BRYSON, Valerie; JONES, Kathleen B. (Ed.) *Sexuality, gender and power: intersectional and transnational perspectives*. Nova York: **Routledge**, 2011. p.30-44.

LASTESIS. **Performance colectivo LasTesis "Un violador en tu camino"**. Produção de Colectivo Lastesis. Chile: Nosotras Audiovisuales, 2019. (3 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aB7r6hdo3W4>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LILJESTRÖM, Marianne. Feminism and Queer Temporal Complexities. **Sqs – Suomen Queer-Tutkimuksen Seuran Lehti**, [S.L.], v. 13, n. 1-2, p. 23-38, 21 jan. 2020. SQS-lehti. DOI: 10.23980/sqs.89127.

LUGONES, MARÍA. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dec. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 Maio. 2021.

MARTINS, Ana Paula Antunes. **Corporificação e visões de mundo da política feminista e de mulheres na contemporaneidade: diálogos, imagens e discursos sobre marchas de mulheres (2012 – 2017)**. 2018. 276 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

NAYAK, Anoop; KEHILY, Mary Jane. Gender undone: subversion, regulation and embodiment in the work of judith butler. **British Journal Of Sociology Of Education**, [S.L.], v. 27, n. 4, p. 459-472, set. 2006. Informa UK Limited. DOI: 10.1080/01425690600803038.

PAIS, Ana. **‘O estupro é você’**: o que pensam as criadoras do hino feminista que virou fenômeno global. **BBC News Global**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50711095> Acesso em: 02 de jul. 2021.

PAIVA, Isadora Campregher. **A Escola Feminista nas Relações Internacionais: bases teórico-metodológicas**. 2014. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais,

Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

PUAR, Jasbir K. **Terrorist Assemblages: Homonationalism in queer times**. Durham: Duke University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. **The Right to Main: Debility, Capacity, Disability**. Durham and London: Duke University Press, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **The Politics of Aesthetics: the Distribution of the Sensible**. Trans. Gabriel Rockhill. London: Continuum, 2004.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

RIGUEIRA, Paulo. Relações internacionais como disciplina. **Teoria das Relações Internacionais**, [s. l], p. 23-46, 2012. Disponível em: [http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri36/n36a03.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri36/n36a03.pdf). Acesso em: 15 abr. 2021.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

\_\_\_\_\_. **Uma revolução molecular assombra a América Latina**. El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-05-19/uma-revolucao-molecular-dissipada.html>. Acesso em: 26 de jun. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SHEPHERD, Laura; SJOBERG, Laura. Trans-bodies in/of war(s): cisprivilege and contemporary security strategy. England: **Feminist Review**, v.101, p.5–23, 2012.

SOUZA, Jessé. **A subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

Sylvester, Christine. **Feminist International Relations: an Unfinished Journey**. Cambridge Studies in International Relations. Cambridge: Cambridge University Press. 2001. DOI: 10.1017 / CBO9780511491719.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Nova York: Columbia University Press. 1992.

TICKNER, J. Ann; SJOBERG, Laura. Feminism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (ed.). **International Relations Theories: discipline and diversity**. 3. ed. United Kingdom: Oxford University Press, 2013. p. 1-359.

OYEWÙMI, Oyeronke. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

WEBER, Cynthia. **Faking it: U.S. hegemony in a “post-phallic” era**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1999.

\_\_\_\_\_. **Why is there no Queer International Theory?** United Kingdom: University of Sussex. *European Journal of International Relations*, 1-25, 2014. DOI: 10.1177/1354066114524236

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press. 2001.

WILCOX, Lauren B. **Bodies of violence: theorizing embodied subjects in international relations**. New York: Oxford University Press, 252 pp. 2014.